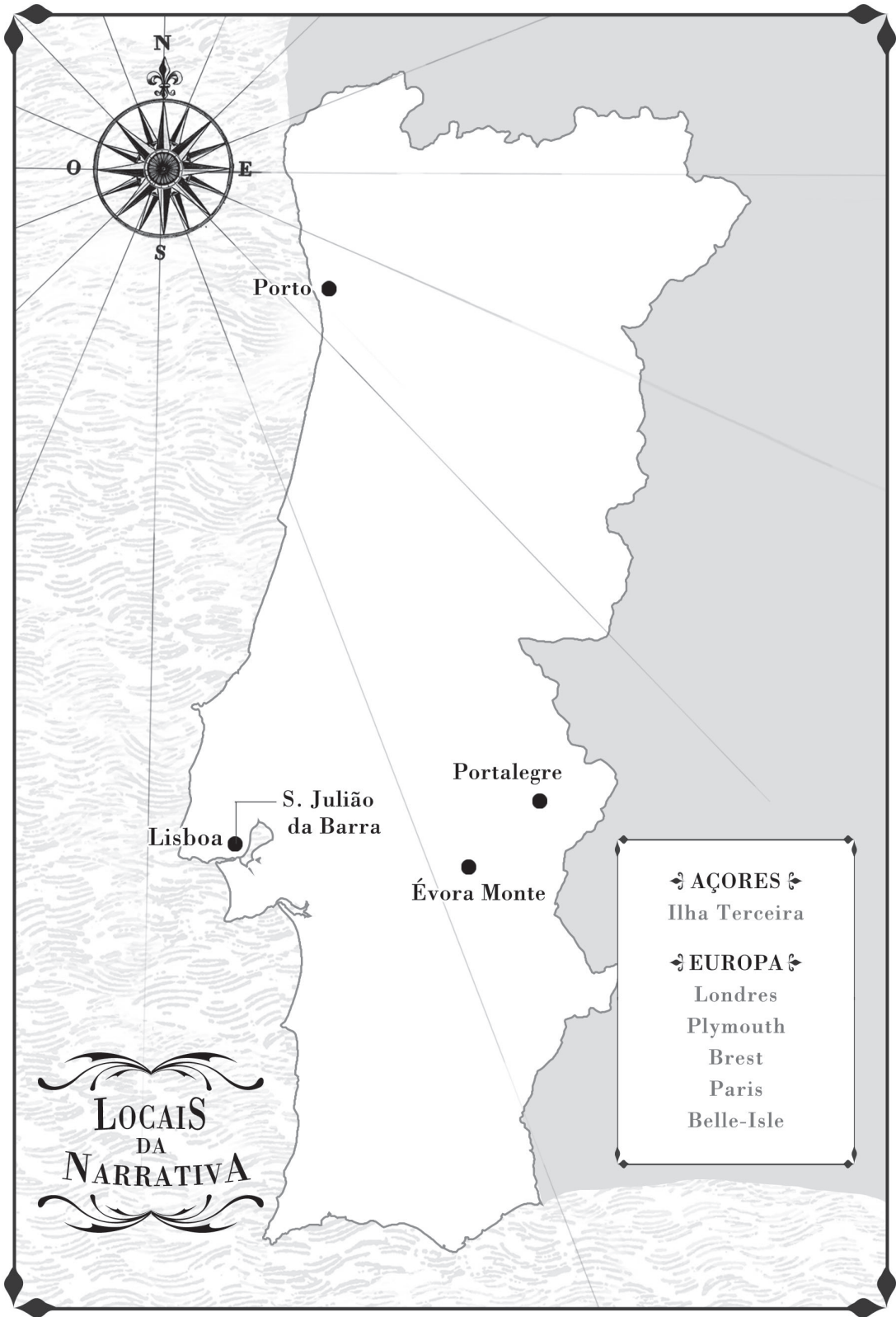


sangue de portugal
antónio da costa neves



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina



Porto

Lisboa

S. Julião
da Barra

Portalegre

Évora Monte

LOCAIS
DA
NARRATIVA

↔ AÇORES ↔
Ilha Terceira

↔ EUROPA ↔
Londres
Plymouth
Brest
Paris
Belle-Isle

~ ÍNDICE ~




PÁG. 13 — **Sangue de Portugal**

PÁG. 481 — **Posfácio**

PÁG. 487 — **Relação de Personagens**


PÁG. 495 — **Bibliografia e Documentação Consultadas**





*“Toda a guerra civil é triste.
E é difícil dizer para quem mais triste,
se para o vencedor, se para o vencido.”*

ALMEIDA GARRETT



*“Esta guerra não é como as outras;
é tudo a valer, seriamente a valer. Se os não
matamos, matam-nos eles: todos os velhos
preconceitos da humanidade se evaporaram.”*

CHARLES SHAW (CORONEL)





I

A divisão constitucional do brigadeiro Francisco Saraiva encontrava-se em Condeixa quando, no início da segunda quinzena de maio de 1828, o alferes Carlos Boavida, finalmente, a alcançou. Envolvido, desde o início, no levantamento militar de março de 1828, organizado pelo capitão Bernardo de Sá Nogueira, com a anuência do conde de Vila Flor, Carlos Boavida, após o inesperado colapso do movimento, rapidamente passara à clandestinidade. O domínio dos absolutistas, das igrejas à rua, até ao próprio palácio da senhora infanta, era total. Já ninguém ousava levantar a voz por D. Pedro. Em todas as bocas pairava o nome do infante D. Miguel, que estava prestes a chegar para tomar conta do Reino. “Viva o senhor D. Miguel, rei absoluto!” tinha passado a ser o grito que, numa só voz, unia fidalgos, padres, frades e população. “Morte aos *jacobinos!*”, a conseqüente palavra de ordem das populações ensandecidas pela pregação dos padres.

Consciente dos enxovalhos que os militares constitucionais, que tinham vencido as tropas sublevadas do marquês de Chaves, tanto no Alentejo como em Trás-os-Montes, agora sofriam, e com a certeza de que, dentro em breve, como se ouvia pelos corredores do poder e fora deles, todos os que professassem as ideias liberais iriam sofrer as mais graves conseqüências, Carlos procurou, em primeiro lugar, ajuda junto de antigos camaradas. A maior parte, porém, tinha sido dispersa pelas províncias, afastada dos oficiais superiores, exilada para pequenos destacamentos de fronteira. Os restantes encontravam-se, como ele, em fuga, escondidos e confusos: uns aguardando, apreensivos, os acontecimentos que se aproximavam, sem se quererem comprometer ainda mais; outros, em menor número, menos timoratos, intentando apenas alcançar o Porto por todos os meios, onde a causa de D. Pedro ainda se mantinha ativa.

Um dia, quando, junto ao cais de Santos, procurava conseguir passagem num lugre com destino a Aveiro, encontrou, casualmente, o capitão Bernardo de Sá Nogueira, com quem se tinha cruzado algumas vezes durante a campanha do Alentejo, em Estremoz e Vila Viçosa, e também em Arronches, onde o alferes Francisco de Sá Nogueira, seu irmão, quase perdera a vida, quando, no calor da carga realizada sobre as forças rebeldes do *Regimento N.º 17*, chocou com o cavalo contra um sobreiro e caiu no chão como morto.

— Ainda bem que o vejo, meu capitão.

— Conhece-me? Quem é você, donde me conhece!? — perguntou Sá Nogueira, admirado.

— Sou o alferes Carlos Boavida, do *16 de Cavalaria*. Sou amigo do seu irmão Francisco. Estava em Arronches quando lhe aconteceu aquela desgraça.

O capitão franziu o sobrolho direito durante um tempo breve. Porém, logo o seu rosto fechado rapidamente se distendeu.

— Sim, sim, o alferes Carlos Boavida, estou a lembrar-me. Foi você que ficou com o meu irmão até que os maqueiros o levaram. Sim, lembro-me bem de si, mas sem a farda e com essa barba, seria sempre difícil reconhecê-lo.

— A situação assim me obriga, meu capitão. Separaram-me do meu regimento e colocaram-me em Alcoutim, mas desertei. Tínhamos tudo preparado para formarmos no Rossio, às 4 da madrugada do dia 17 de março, para jurarmos fidelidade ao senhor D. Pedro e obrigarmos o senhor D. Miguel a cumprir as ordens de sua majestade, mas, de um momento para o outro, tudo foi desmobilizado e, agora, de heróis passámos a traidores e a perseguidos.

— Tem razão, esse movimento foi uma desgraça. E tudo teria sido diferente se ele tivesse vingado. Mas o general Clinton — Bernardo de Sá Nogueira baixou a voz e, quase em surdina, prosseguiu enquanto virava as costas a uma patrulha de milicianos que passava — opôs-se terminantemente. Chegou, mesmo, a ameaçar o senhor general conde de Vila Flor de se levantar contra ele, se este desse um passo nesse sentido.

— A desmobilização não nos foi bem explicada. De qualquer modo, sentimo-nos traídos e abandonados, porque, a partir daí, nunca mais pararam as perseguições e as ameaças. Com que então, o general Clinton... Meu capitão, durante quanto tempo mais vamos ter de suportar os ingleses?

— Essa é a pergunta que vale um milhão de libras, meu caro alferes. Por ora, já era bom que eles estivessem do nosso lado.

Pelo canto do olho, o capitão lobrigou a patrulha, que invertera a marcha e se aproximava. O sol do meio-dia iluminava o rio, ligeiramente encrespado. Maio ia seco, depois de um abril chuvoso. A azáfama no cais era

intensa, mas a ocorrência de dois homens parados intrigara os elementos da patrulha. Bernardo de Sá Nogueira antecipou-se, porém, à abordagem dos milicianos:

— Senhores agentes, estava aqui a perguntar a este meu amigo se ele sabia onde estava ancorado o vapor inglês que chegou no princípio da semana. Os senhores poder-me-ão elucidar?

— Os documentos, meus senhores — ordenou o que parecia mais velho, um homem de 40 anos, de bigode farto e barriga proeminente, enquanto o outro, mais novo e mais magro, se postou um pouco atrás do companheiro, tenso e expetante.

A ordem fora clara e não oferecia alternativas. Bernardo de Sá Nogueira sacou da carteira e identificou-se prontamente. O miliciano, mal viu o documento militar, pôs-se em sentido e bateu uma continência atabalhoada.

— Vossa senhoria, queira perdoar, mas a ladroagem é muita e temos de estar atentos.

— Fazem muito bem, não temos nada para desculpar.

— O vapor inglês está ancorado um pouco além, a caminho de Alcântara. É fácil de identificar pela bandeira inglesa que tem hasteada à proa. Com vossa licença — acrescentou o miliciano, batendo os tacões.

Bernardo de Sá Nogueira e o alferes Carlos Boavida ficaram silenciosos, vendo-os afastar-se em direção à Ribeira. Quando a patrulha já ia a mais de quarenta metros, o alferes cochichou:

— Passei um mau bocado. Tenho evitado as autoridades. Os meus documentos dão-me como destacado em Alcoutim. Seria muito difícil explicar-lhes a minha permanência em Lisboa.

— O melhor para esta gente é não demonstrarmos medo. Dizia você que os seus documentos o dão como destacado em Alcoutim. Pois os meus dão-me a caminho da Rússia. Pedi licença para ir combater os turcos e, com alguma dificuldade, foi-me concedida. Porém, talvez tenham ficado também um pouco aliviados por se verem livres de mim.

— Então vai embarcar, é isso, meu capitão?

— Não, não vou, ou por outra vou, mas não para Moscovo. Vou para Coimbra, onde o senhor brigadeiro Francisco Saraiva comanda as forças constitucionais por conta da Junta do Porto.

— Então, já não embarca, meu capitão?

— Vou embarcar esta noite, mas num bote que me levará até Santarém. Quero rever a minha família pelo caminho. Vou com o meu irmão Narciso e o senhor conde de Ficalho. É pena não o poder levar, mas o bote é pequeno e está cheio. Aconselho-o a fazer o mesmo.

— E em Santarém, meu capitão, o *10.º de Cavalaria* e o *10.º de Infantaria* já não estão do nosso lado?

— Estão, mas já marcharam a caminho do Porto para se juntarem às tropas do conde de Vila Flor, que já aí se encontram. O Porto vai ser o nosso baluarte contra o mal que se perspetiva. Se for por terra e precisar de ajuda, procure a Quinta do Reguengo, um pouco acima de Santarém. Meu irmão Francisco de Sá e toda a minha família não deixarão de o ajudar.

Carlos Boavida agradeceu e logo se despediram, com promessas de se voltarem a encontrar, tão breve quanto possível, em Coimbra ou no Porto.

— A propósito, já não sou mais capitão. Depois da batalha da serra de Aguiar, fui graduado, por distinção, em major.

Durante breves momentos, o alferes ficou a ver o major Bernardo de Sá Nogueira a afastar-se em direção às Necessidades. Só então pôde admirar a roupa que este vestia: as calças cinzentas de algodão, os sapatos de fivela, a camisa alva de linho, a casaca azul-escura, o lenço de tons vermelhos e azuis e a cartola negra de alpaca. Pareceu-lhe que aquele homem, assim tão elegantemente vestido, a quem só faltava, dois passos atrás, um criado de libré com um cavalo pela mão, bem podia ser um par do Reino ou um ministro, que para tanto tinha garbo e figura. Então, olhou para si mesmo, para a camisa de algodão grosseiro, as calças de saragoça desbotada, a jaqueta mal assertoada, as botas gaspeadas e o chapéu desabado, que os amigos lhe tinham dispensado, e um sorriso jovial aflorou-lhe o rosto, concordante com os pensamentos que o assaltavam: “Vejam só, um ministro e um honrado comerciante da nossa praça a serem confundidos com ladrões. Esta canalha anda à caça dos liberais, só não esperavam era ter um oficial superior pela frente.”

Três dias depois, com mar picado e ventos dominantes do quadrante noroeste, Carlos Boavida fez-se ao mar no lugre dos curtumes, um barco manhoso de três mastros com velas quadrangulares profusamente remendadas. A viagem de dois dias demorou seis porque o comandante, obrigado a uma rota larga por causa das más condições de maréação, por pouco não chegava aos Açores. Ao fim de quase uma semana de agonia, mais morto do que vivo, alcançou, finalmente, a barra de Aveiro onde dois vagalhões cruzados quase viraram o lugre, pondo adequado fim a essa viagem atribulada. “Carlos, Carlos, mais vale Boavida do que Boamorte”, brincou, ao pôr os pés em terra, ainda cambaleante da borrasca recente.

Com o estômago maltratado, completamente vazio da parca bucha que conseguira engolir porque, durante toda a viagem, mal comia logo vomitava, e com o cheiro nauseabundo das peles mal curtidas ainda nas narinas, procurou entendimento com dois passageiros de Penacova, pai e filho, que, infelizes e recolhidos, regressavam à terra para rever a mãe do primeiro, com poucas esperanças de a encontrarem ainda viva. Aceite a companhia, atravessaram Aveiro, por entre magotes de gente. Numa praça, junto à ria, dois desgraçados, com sinais evidentes de maus-tratos, eram açoitados às

ordens de um meirinho e, pouco depois, alçados, por duas cordas, nos ferros do pelourinho, onde ficaram, suspensos pelo pescoço, a espernear, até que, passado pouco mais de um minuto, completamente esticados, só o baloiçar provocado pelo vento, que naquela zona da ria corria forte, dava derradeiro e indelével sinal do que acontecera.

Antes que alguma autoridade resolvesse atentar neles, rapidamente trataram de procurar almocreves que os levassem até Coimbra, que ali não havia posta que fizesse tal serviço. Arrumado o transporte numa das carroças do sal, só quando já iam nas imediações de Ílhavo é que Carlos falou, finalmente, para o mais velho:

— Vossemecê percebeu o motivo daquelas mortes?

— Eram ladrões, tinham roubado as esmolas da igreja. Pelo menos era o que o povo dizia.

— Agora matam por tão pouco!? — admirou-se Carlos, surpreendido com a severidade do castigo, nada proporcional ao crime alegadamente cometido.

— Quando, ainda por cima, são *jacobinos*... — respondeu o mais novo, encolhendo os ombros.

Carlos Boavida calou-se. O mundo tinha-se, subitamente, virado das avessas. Ele era um desertor e, por isso, não lhe convinha questionar nem a razão das justiças nem a adequação das penas. Por outro lado, em caso de dúvida, sabia bem como o calado era sempre o melhor, e ele não conhecia aqueles dois de lado nenhum, nem, muito menos, as suas inclinações políticas. Por isso, engoliu em seco e permaneceu em silêncio durante um par de horas.

E, nessa persistente mudez, deixou vogar os pensamentos de regresso a um passado longínquo em que o mundo lhe parecia equilibrado. Em que a verdade e a mentira, o certo e o errado, o prémio e o castigo, eram evidências inquestionáveis, de tal modo radicadas na consciência das pessoas, que não ofereciam a ninguém a mais pequena dúvida.

Um sentimento de nostalgia, uma indefinida sensação de perda, apertou-lhe, por momentos, o peito, fazendo pulsar o coração um pouco mais apressadamente. Pela frente dos olhos passou-lhe, fugazmente, a imagem esbatida da ama, a figura imponente do padrinho, a soberba desdenhosa da senhora dona Maria do Rosário, o sorriso cativante de Helena... Porém, tão rápido como chegou, tão rápido se escoou esse mundo, aparentemente perfeito, onde cada um sabia o seu lugar, os seus deveres e as suas obrigações. Esse era, afinal, o mundo ultrapassado que os miguelistas teimavam em preservar: um mundo feito de senhores e vassallos; de morgados, amos e feitores; de clientes, criados e escravos. Um mundo contra o qual ele se rebelara, arriscara a vida e estava disposto a continuar a arriscar.

Às portas de Ílhavo, uma patrulha de realistas mandou-os parar e, sem mais, o sargento que a comandava gritou-lhes:

— Pelo senhor D. Miguel, rei absoluto!

— Pelo senhor D. Miguel! — responderam os viajantes.

— Morte aos *jacobinos*! — acrescentou Carlos Boavida, com fingido entusiasmo.

— Os documentos — pediu o comandante.

Todos mostraram os salvo-condutos. Carlos mostrou a matrícula da universidade. O comandante olhou os papéis, via-se que tinha dificuldade em lê-los. A matrícula da universidade era de dois anos antes, mas ele pareceu não reparar nesse facto. Reconheceu os selos e tanto lhe bastou.

— Sois, então, estudante?

— Sou, fui de férias e já estou atrasado.

— E não sois membro de nenhum desses clubes de *jacobinos* que infestam a cidade de Coimbra e põem as cabeças do avesso aos estudantes?

— Sou estudante pobre, sem cavalo e sem dinheiro para frequentar tais antros.

— Hummm! — resmungou o sargento, meneando a cabeça, enquanto mirava o vestuário, pouco cuidado, de Carlos Boavida. — Hummm! — repetiu, mais uma vez, enquanto devolvia os papéis que, antes, tinha recolhido. Mas só depois de ter rosnado, ainda, um terceiro “hummm!” é que se deu por satisfeito porque, segundos depois, com um gesto largo da mão direita, deu ordem de partida.

O almocreve, visivelmente aliviado, fez estalar o chicote por cima dos animais, ao mesmo tempo que emitia ruídos guturais indecifráveis de que só se percebiam os rr, mas que as bestas pareceram entender perfeitamente, porque logo se puseram em marcha acelerada como não o tinham feito até então.

Durante muito tempo, todos continuaram calados: o almocreve, entretido com as mulas; os penacovenses, pai e filho, cabisbaixos; um casal de velhos, encolhidos a um canto; e Carlos Boavida, a rememorar o passado. E em silêncio permaneceram por largo tempo, porque ninguém confiava em ninguém e, assim, silenciosos, sempre se evitavam possíveis contrariedades, zangas e questiúnculas. A estação da muda, junto à ponte de Vagos, contudo, deu azo a que o almocreve interrompesse o silêncio e determinasse duas horas de descanso para dar comida e água aos animais e um pouco de descanso aos fundilhos das calças dos passageiros, e aos seus próprios, razoavelmente maltratados pela estrada mal-amanhada.

Então, todos puderam esticar as pernas, dormentes da imobilidade forçada, e as espinhas, sovadas pelos solavancos. Carlos aproveitou para fazer alguns exercícios: torceu o tronco, esticou os braços, dobrou a cintura,

fletiu as pernas, rodou o pescoço e, por fim, pendurou-se de uma árvore próxima, primeiro pelas mãos e depois pelos pés, para espanto dos companheiros, que tais sandices só tinham visto, antes, ser feitas por saltimbancos, dos que ganham a vida de feira em feira. Por fim, todos beberam água, do mesmo poço dos animais, por uma celha de madeira de carvalho enegrecida, com aspeto de já ter esvaziado o poço um milhão de vezes.

A muda tinha uma hospedaria, um casebre miserável com um pipo pendurado, ao lado da porta, e o que restava do que poderia ter sido, há muitos anos, um coelho empalhado e que, agora, era apenas um bocado de sola coberta de pelo ralo, donde emergiam duas orelhas afiladas e qualquer coisa que fazia recordar o rabo do bicho. Contudo, nenhum dos viajantes intentou entrar na espelunca, como se os estômagos de todos tivessem sido completamente saciados pela água. Carlos não o fizera, apenas, porque tinha de esticar o pouco dinheiro que guardava até onde pudesse. Enquanto não se juntasse à divisão do brigadeiro Saraiva, esse sacrifício era-lhe necessário. Haveria, no caminho, quando o lusco-fusco chegasse, de colher alguma fruta, ameixas ou peras, mesmo verdes, com que enganaria a barriga. Infelizmente, as poucas nespereiras e cerejeiras que vira, já tinham sido depenadas.

Olhou o relógio, que trazia no bolso do colete, e caminhou para a árvore onde se tinha pendurado. Era uma noqueira frondosa, só agora reparara. Os frutos arredondados e duros estavam ainda pequenos. Só dali a três meses poderiam ser colhidos. Depois, era preciso deixá-los secar. Uma pena, pensou. Baixou-se e sentou-se, encostado ao tronco, descaiu o chapéu sobre os olhos, e pôs-se a relembrar a última visita à terra.

O MORGADO DE VALE MEÃO TINHA-O RECEBIDO LOGO NO DIA EM QUE chegara de Coimbra. D. Manuel de Vasconcelos era uma figura admirável: na estatura, na pose e no vestuário. Fidalgo à antiga, era naturalmente avesso a todas as modernices, mormente as que punham em causa a sua maneira de viver. Vivia em cuidados com o afilhado, em quem depositava grandes esperanças. A morte inesperada do primogénito e o degredo do segundo filho varão para as Áfricas, na sequência da conspiração do tenente-general Gomes Freire de Andrade, obrigaram-no a olhar com mais atenção para aquele afilhado que ele fizera retirar da roda. Preocupava-o apenas a amizade especial que, desde sempre, parecia unir Carlos à sua filha Helena.

— Meu caro bacharel, agora temos de trabalhar por uma boa colocação. Já pensaste nalguma coisa? Sabes que o padrinho conhece meio mundo. É só dizeres o que pretendes, verdadeiramente.

— Padrinho, na verdade estou ainda muito indeciso. Não me vejo como advogado nem, menos ainda, como magistrado.

— Oh, diabo, isso é mau — tinha dito o padrinho, de sobrolho franzido. — E porquê, pode saber-se?

— Padrinho, a injustiça na nossa terra é tanta e isso já me aflige tanto que eu não sei se as autoridades não me tiravam a licença logo na primeira vez que vestisse a toga e, na barra dum tribunal, defendesse um desses desgraçados que roubam um pão para dar de comer aos filhos.

— Oh, diabo, isso é verdadeiramente mau — repetira o padrinho, cada vez mais apreensivo.

— Juiz então, de maneira nenhuma. Não há independência nem imparcialidade na Justiça e ter de servir os interesses do poder vai contra a minha maneira de ser. Além disso, há uma enorme instabilidade política e, enquanto esta questão da independência do Brasil não estiver resolvida e não soubermos quem verdadeiramente manda em Portugal, é melhor não assumir nenhum compromisso firme que não seja com a minha própria consciência.

— E o que é que a tua consciência te dita, meu filho?

— Para já, dita-me que devo tomar partido pelo lado constitucional.

— Pelo lado constitucional!? — rugira o padrinho, quase esbugalhando os olhos.

— Sim, padrinho, estou a pensar alistar-me em *Cavalaria 16*. Alguns dos meus amigos vão fazê-lo, todos com o espírito de que, só depois da situação da legitimidade estar resolvida, poderemos, verdadeiramente, pensar sobre o que tencionamos fazer da vida.

— Não percebo essa tua hesitação. O teu lugar é do meu lado, olha que a ingratidão é o maior dos pecados. Além do mais, D. Pedro é um traidor e a filha apenas uma criança.

— Padrinho, não quero causar-lhe dissabores...

— Dissabores... dissabores... desde a chegada dos franceses que não tenho sofrido outra coisa — explodira o morgado, levantando-se! — Olha que eu já tinha 32 anos quando o Junot nos invadiu. Pois aqui, comigo à cabeça, organizámos logo milícias e muito francês caçámos por esses matos, enquanto a família real e toda aquela parasitagem da Corte fugiam para o Brasil. Pensas que me deram alguma comenda? Nada! Vieram os ingleses e a exploração continuou. O Wellington foi o que se sabe. Vê tu que o Congresso de Viena destinou a Portugal uma indemnização de dois milhões de francos, dos setecentos milhões pagos pela França. Pois só, ao Wellington, a regência presenteou-o com uma baixela de prata que custou muito mais do que isso. Depois veio o Beresford, e as afrontas foram ainda maiores. O canalha pilhou o que pôde e ainda exigiu mais de duzentas e cinquenta mil libras, à conta da construção das linhas de Torres, que o povo ergueu com sacrifícios de toda a ordem. A tropa inglesa sempre principesca e pontualmente paga e o exército português menosprezado.

O meu Francisco Manuel, quando se meteu na conjura do Gomes Freire de Andrade, há dois anos que não recebia um soldo. Nessa altura, fui a Lisboa; tinha jurado em 1814, quando expulsámos da Península o último dos franceses, que nunca mais poria os pés na capital. Três anos depois já estava a quebrar essa jura. Fui pedir aos carrascos que salvassem o meu filho. Falei com todos: o juiz da inconfidência, António Gomes Ribeiro; o Dr. Velasques; o Dr. António José Guião; o Joaquim António de Araújo; o José Ribeiro Saraiva; o conde de Basto, que se prepara para ir a ministro. Até com o desembargador Leitão de Barros, que foi o escrivão do processo, eu falei. O que é que eu consegui? Pouparam-lhe a vida, mas enviaram-no para Moçambique para aí morrer de febres longe da família. Antes tivesse morrido, mártir da Pátria como os outros, no Campo de Santana.

Um soluço embargado tinha posto fim ao longo desabafo. O morgado de Vale Meão olhou o afilhado. Carlos olhou-o também e, num gesto imprevisto, mas eloquente, abraçou-o. Era a primeira vez que o fazia. Um momento de fraqueza mútua que D. Manuel de Vasconcelos tratou logo de remediar.

— Senta-te, senta-te, que ainda não acabei. Só tive até agora uma recompensa. Porém, uma amarga recompensa. Quando o Beresford voltou do Brasil, onde tinha ido pedir mais amplos poderes para nos continuar a espezinhar, aquela gente do *Sinédrion* do Porto já tinha feito eclodir a *Revolução de 1820*. O novo Governo não permitiu que ele desembarcasse e o inglês acabou expulso, obrigado a embarcar no paquete *Arabela* para ser escoltado pela própria nau *Vengeur*, que o tinha trazido do Brasil. Ouve bem, precisamente três anos depois, a 18 de outubro de 1820, o mesmo dia do ano de 1817 em que o Gomes Freire e os outros mártires tinham sido enforcados, decapitados e queimados e o meu Francisco Manuel tinha sido deportado para Moçambique. Os mesmos três anos que eu tinha demorado a quebrar a minha jura. Ironias do destino.

— E porque foi amarga essa recompensa, padrinho? — tinha perguntado, tentando desviar a conversa, depois de algum silêncio.

— Então eu, que fui declaradamente contra essa revolução levada a cabo pelos *jacobinos*, não acabei vingado por ela!? Olha que ter de reconhecer este benefício tem-me feito os cabelos brancos. A Helena diz que são os caminhos de Deus que são ínvios. E que do mal, com a graça de Deus, pode sempre sair o bem. Talvez ela, que é uma alma pura, tenha razão.

— A Helena, padrinho, é a melhor de todos nós.

— Podes dizê-lo. Ela é que devia ter ido para freira e não a irmã. Agora, porém, já é tarde.

— Padrinho, por falar na menina Beatriz, tem sabido notícias dela?

— Agora está bem. Depois daquela primeira recusa, já começou o

noviciado em Coimbra. Espero que venha a ser uma boa serva do Senhor. Mas voltemos a ti e a esta nova situação que me criaste.

— Padrinho, a última coisa que desejo é criar-vos problemas. Se for preciso, afastar-me-ei desta casa para sempre. Sei bem como as nossas ideias, a respeito da situação política, são diversas. Eu acredito na Liberdade, na Fraternidade e na Solidariedade, o padrinho acredita nos valores do *Antigo Regime*. Estamos em campos opostos, mas eu respeito-o.

— O que sabes tu, Carlos, daquilo que eu penso!? Pensas, acaso, que eu respeito os Braganças? Desde D. João IV, que só foi rei por ter sido empurrado pela mulher, até D. João VI, esse indolente, a quem a rainha Carlota Joaquina encornou desde o primeiro dia do casamento, nenhum se aproveita. E, agora, os filhos, nem um nem outro valem alguma coisa. D. Pedro de Alcântara é um boçal mulherengo, um arrogante bexigoso e um sifilítico sem a mínima educação. Toda a Corte sabe disso, tanto no Brasil como aqui em Portugal. Até a independência do Brasil não foi obra dele, mas da imperatriz Leopoldina e do José Bonifácio, que alinhavaram a declaração que ele se viu obrigado a assinar. E o “Grito do Ipiranga”, uma farsa! Pintaram-no heroico, montado num cavalo, que nem Napoleão! Pois, D. Pedro estava montado num burro, num asno como ele, depois de ter visitado a amante, essa Domitila de Castro a quem ele fez marquesa de Santos.

— Padrinho, o que me interessa é que professamos as mesmas ideias liberais. Se ele tem amantes, se é sifilítico, se foi obrigado a declarar a independência do Brasil, se estava montado num burro ou num cavalo, isso pouco me importa. Para mim, ele é o legítimo herdeiro do trono; D. Miguel é um débil mentecapto, um toureiro afadistado, um arruaceiro mimado, que tudo faz a mando da mãe. E a última coisa que eu desejo é ser governado pela espanhola — interrompera Carlos, pondo termo ao caudal de recriminações que parecia infundável.

— Ó ingénua juventude! Como estás enganado, Carlos! A escolha nunca foi nem será entre a revolução e o chicote! A única escolha, a mais assisada é mantermo-nos firmes, de pé como as árvores, iguais a nós próprios, porque o vendaval, como todos os vendavais, tal como veio, também há de passar.

— E, então, será a altura de colher os frutos da neutralidade.

— Os frutos do que lhe queiras chamar. Os frutos que te alimentaram, que te vestiram e calçaram, os frutos que te puseram em Coimbra, que te deram um curso e que te permitem, agora, estar contra mim.

— Está enganado, padrinho, eu não estou contra si.

— Sim, repito, estar contra mim. Acaso não viste o que se passou em França, depois de 1789? Nem Marat, nem Danton, nem Robespierre conseguiram ter mão naquilo. Foi um fartar vilanagem.

— Padrinho, nós, aqui, não vamos decapitar ninguém. Quanto a isso, o senhor D. Miguel de Bragança pode ficar descansado. Só queremos que ele jure a Carta Constitucional e cumpra o que se comprometeu.

— Carlos, escuta para teu bem, uma revolução em marcha tudo tritura. A partir de uma certa altura ninguém pode garantir nada a ninguém. A dinâmica das revoluções é, em tudo, semelhante a um incêndio. Quanto mais chamas mais calor, quanto mais calor mais vento e quanto mais vento mais chamas. No fim, só restam as cinzas e os abutres à cata dos cadáveres. Como não percebes isto, vai, mas não contes mais comigo. Está na hora de seguirem o teu caminho e de te deitares na cama que escolheste.

— Padrinho, é possível que tenha razão; que tudo descambe; que, a partir de certa altura, nem a vida, nem a honra, nem a propriedade de cada um estejam seguras. Mas de uma coisa pode ter a certeza, eu estarei sempre do seu lado, da Helena, da menina Beatriz, da senhora dona Maria do Rosário. Empenho nesta promessa a minha palavra de honra.

— PALAVRA DE HONRA, QUE NUNCA VI NINGUÉM TÃO FERRADO NO SONO.

Carlos Boavida finalmente acordou. O almocreve estava à sua frente com as mãos nos ombros e abanava-o energicamente. Carlos, instintivamente, de um salto, pôs-se de pé. Tinha soçobrado ao cansaço. Os seis dias de barco, quase sem pregar olho, tinham-lhe traído os sentidos.

— Está na hora de partirmos, se queremos chegar à muda de Mira ainda de dia.

— Vamos, então — disse Carlos, subindo para a carroça, onde todos já só esperavam por ele.

Dois dias depois, Carlos Boavida, completamente estafado, chegou a Condeixa. Sem cavalo nem espada, a sua reintegração no que restava do *16 de Cavalaria* não foi pronta nem fácil. Dos dois cavalos que trouxera de Vale Meão, o *Sultão* tinha sido abatido à saída de Redondo, quando, sob o comando do capitão Bernardo de Sá Nogueira, tinham desbaratado as últimas guerrilhas miguelistas no Alentejo. Quanto ao *Pirata*, um baio de 6 anos, da coudelaria de Alter, tinha-o deixado nos arredores de Lisboa, na quinta de um camarada e era duvidoso que, algum dia, o voltasse a rever.

A sorte, porém, não o desacompanhou porque, uma semana depois, numa surtida sobre as milícias de Soure, o tenente-coronel João de Schwalbach, comandante de *Caçadores 3*, capturou mais de uma centena de rebeldes e, com eles, uma dúzia de cavalos. Na distribuição, coube-lhe um animal possante, meio zarolho, com ferro incerto, provavelmente roubado, e com alguns dentes a menos. Mas a cavalo dado...

Mal enquadrado, mal equipado e mal montado, o alferes Carlos Boavida retornou ao teatro de operações no centro do furacão. Sob as ordens de um

general que nunca tinha comandado tropas, as forças constitucionais cedo se viram entregues a si próprias. Valeu-lhes, nessa desordem, a capacidade de alguns oficiais do estado-maior, que tudo fizeram para harmonizar os corpos, além do prestígio dos comandantes e a amizade e a lealdade dos soldados. Com o chefe de divisão permanentemente hesitante e o quartel-general sempre em recuo, os batalhões bateram-se com denodo, superando as deficiências da organização e a falta de planeamento. Foi assim em Cruz de Marouços e no pântano do Marnel, passado o rio Vouga, onde os constitucionais enfrentaram forças muito superiores, durante combates de oito, dez e doze horas.

Em Coimbra, pouco antes de o brigadeiro Francisco Saraiva se ter retirado para Oliveira de Azeméis, com a sua divisão, Carlos Boavida teve ensejo de adquirir uma velha espada francesa que, depois de polida e afiada, ficou como nova, o que o fez renascer.

Também foi aqui que reencontrou o major Bernardo de Sá Nogueira, pouco antes de o general Saldanha ter tomado o comando da divisão. E até terem acampado em Santo Ovídio, a meia légua do Porto e a um quarto de légua do alto do Pau da Bandeira, onde Bernardo de Sá Nogueira haveria, quatro anos mais tarde, a seu lado, de perder, heroicamente, o braço direito e ganhar, definitivamente, o título que o imortalizaria — barão, visconde e marquês de Sá da Bandeira, sucessivamente — a amizade, a lealdade e o respeito do alferes Carlos Boavida por esse corajoso militar não pararam de crescer.

REGRESSADO A PORTUGAL, A BORDO DA FRAGATA PORTUGUESA *PÉROLA*, E desembarcado a 22 de fevereiro de 1828, D. Miguel, perante as câmaras, renovou, quatro dias depois, o juramento anteriormente prestado em Viena, na Áustria. Em virtude do ato de abdicação de D. Pedro, de 2 de maio de 1826, D. Miguel tinha jurado, então, fidelidade ao irmão, à sobrinha e à Carta. E prometera, ainda, nos termos convencionados, casar com D. Maria da Glória, assim que atingisse a maioridade, altura em que esta, enquanto rainha, assumiria o poder como D. Maria II.

Aclamado pelos seus prosélitos como um novo messias, enaltecido como libertador da Pátria, canonizado nos altares como o “Anjo Tutelar” que vinha libertar o Reino das ímpias filosofias que o dominavam, D. Miguel assumiu a regência, imbuído de uma missão purificadora de índole religiosa. E foi extremamente rápido a demonstrar ao que vinha, porque, logo nesse mesmo dia 26 de fevereiro de 1828, destituiu o Governo em funções e nomeou o seu primeiro Governo: o duque do Cadaval, nas pastas do Reino e da Marinha; o conde de Barbacena, na Justiça; o conde da Lousã, na Fazenda; e o conde de Vila Real, nos Estrangeiros e na Guerra.

Apenas este pareceu ter vindo ao engano, porque, passadas nove semanas, já estava a pedir a demissão, passando-se para o campo liberal. As duas pastas foram, então, entregues ao visconde de Santarém, a dos Assuntos Estrangeiros; e ao visconde do Rio Pardo, a da Guerra.

Com a contrarrevolução em marcha, o mês de março foi trágico para as hostes liberais. Nos ministérios reorganizaram-se as chefias, enquanto no campo militar colocaram-se homens de confiança. As Polícias de Lisboa e Porto, consideradas afetas à causa absolutista, engrossaram as fileiras com gente sem qualidade, mas fanatizada por uma Igreja claramente apostada em defender as suas regalias. Muitas das unidades, nomeadamente as que tinham combatido as insurreições do Algarve, do Alentejo e de Trás-os-Montes, foram desmembradas e os efetivos redistribuídos. As primeiras duas semanas foram, ainda, marcadas por manifestações de apoio a D. Miguel junto do Palácio da Ajuda, permanentemente aclamado como rei absoluto, e representações e petições, do clero, da nobreza e das câmaras municipais, para que o infante revogasse a Carta e dissolvesse as Cortes. Até que, satisfazendo a todos, a 13 de março, D. Miguel decretou a dissolução das Cortes, sem convocar eleições.

O assassinato, a 18 de março, em Condeixa, dos lentes da Universidade de Coimbra que, em deputação, vinham a Lisboa pedir a D. Miguel que assumisse a realeza, representou o ponto mais negro dessa escalada e ofereceu, de mão beijada, aos absolutistas mais empedernidos, o pretexto que faltava para a radicalização das suas posições. Assim, a 25 de abril, dia do aniversário de D. Carlota Joaquina, os senados de Lisboa, Aveiro e Coimbra aclamaram D. Miguel como rei absoluto, e o mesmo fez o Porto, quatro dias depois.

Finalmente, a 3 de maio, os pares nomeados por D. Miguel pediram a reunião de Cortes Gerais, ao modo tradicional dos três estados, com capacidade para legitimarem D. Miguel como rei de Portugal, ao que este prontamente acedeu. No que respeitou à nobreza e ao clero, a convocação foi feita por carta individual, banindo-se, da mesma, todos os que pudessem oferecer reservas. Os procuradores do povo foram eleitos nos municípios, mas segundo instruções da Intendência-Geral da Polícia para serem excluídas todas as pessoas que estivessem “afeiçoadas às novas instituições e que não seguissem os verdadeiros princípios da legitimidade”.

As Cortes reuniram entre 23 e 25 de junho para ratificar um facto consumado. D. Miguel aceitou essa legitimação e, a 30 de junho de 1828, declarou-se rei. Pela graça de Deus, D. Miguel I, rei absoluto.

A RESPOSTA LIBERAL NASCEU EM AVEIRO, PELA MÃO DO DESEMBARGADOR Joaquim José de Queiroz e com o apoio do *Batalhão de Caçadores 10*, onde

o comandante, coronel José Júlio de Carvalho, como muitos outros, tinha sido destituído por ordem de D. Miguel. Esse facto fez sublevar os militares, que, a 16 de junho de 1828, marcharam a caminho do Porto para se juntarem a *Infantaria 6*, onde permanecia um forte sentimento de admiração pelo general Saldanha, desde a sua demissão do Ministério da Guerra, ocorrida no ano anterior. Saldanha tinha sido governador militar do Porto e o seu desempenho granjeara-lhe fartas simpatias bem demonstradas nas vigílias noturnas, à luz de archotes, que civis e militares realizaram, nessa altura, em sinal de descontentamento e desagravo e que, por esse motivo, ficaram conhecidas por *archotadas*.

A *Revolução Liberal* de maio de 1828 durou pouco, tendo a Junta Provisória sido dissolvida logo a 2 de julho. A maior parte dos seus membros embarcou no navio *Belfast*; dos que ficaram, salvou-se o seu organizador, desembargador José Queirós que, com o brigadeiro Joaquim Pizarro e o major Bernardo de Sá Nogueira, optou por, juntamente com o que restava do exército liberal, seguir para a Galiza e daí procurar alcançar a Inglaterra. Os restantes foram sumariamente condenados pelo recuperado governador das justiças das três províncias do Norte, o famigerado desembargador Aires Pinto de Sousa — que já havia desempenhado a mesma função antes de 1820 —, enforcados e decapitados e as suas cabeças publicamente expostas.

A cidade do Porto centralizou, durante esse período, todos os adeptos da causa liberal. Como o general Gabriel Franco, comandante militar das forças realistas a norte do Douro, dizia: “No Porto até as pedras da rua são revolucionárias.”

Quando, no final de junho de 1828, o alferes Carlos Boavida, juntamente com o major Bernardo de Sá Nogueira, chegou ao Porto, a Junta Provisória ainda se encontrava em funções. Presidida pelo general Francisco Hipólito da Costa, antigo governador de armas do Minho, destituído por D. Miguel, a Junta agrupava muitos dos antigos participantes da memorável *Revolução de 1820*.

A chegada, a 26 de junho, do navio *Belfast*, com os principais exilados de Inglaterra, apressadamente mandados chamar pela Junta — nomeadamente, o conde de Palmela, os generais condes de Saldanha e de Vila Flor, os condes de Sampaio, de Taipa e de Calhariz, o barão de Rendufe, o tenente-general Tomás Stubbs, o marechal de campo Francisco de Paula Azeredo, o coronel Rodrigo Pinto Pizarro, D. Filipe de Sousa Holstein e Cândido José Xavier —, veio dar ânimo a uma cidade que já se sabia cercada pelas forças realistas mas que ainda acreditava no sucesso da sublevação.

Durou pouco, porém, esse estado de excitação, porque três dias depois, com o conde de Vila Flor e o conde de Saldanha a remarem cada um para o seu lado, e o brigadeiro Francisco Saraiva, no terreno, em completo

desnorte, tornou-se evidente o descalabro das forças revolucionários, obrigadas a recolher ao Porto e a queimar a ponte das barcas, na tentativa de impedir as forças leais a D. Miguel, que sob o comando dos viscondes de Peso da Régua e de Santa Marta, se aproximavam, ameaçadoras, a menos de cinco léguas.

O embarque, na madrugada de 3 de julho, do grupo de exilados, a que se juntaram alguns comandantes militares dos corpos reagrupados na região de Coimbra, que para salvarem a vida não tiveram pejo em abandonar os seus homens, realizou-se no mesmo navio *Belfast* que tinha trazido de Inglaterra tão luzidia comitiva. E para Inglaterra voltaram, de cabeça baixa e com o rabo entre as pernas, enquanto o que restava do exército constitucional marchava, sob metralha, rumo à Galiza, debaixo do comando do brigadeiro Joaquim Pizarro. Afinal, tudo não passara de uma iníqua quão ridícula *Belfastada*.

O alferes Carlos Boavida, nomeado ajudante do major do estado-maior Bernardo de Sá Nogueira, tal como este, aceitou seguir com o corpo do exército para a Galiza. Ainda em Coimbra, porém, enquanto se armava e montava, aproveitou para fazer uma visita. Tinha a consciência de que podia morrer a qualquer momento e não desejava partir sem se despedir da única pessoa de quem ainda não o fizera.

O Convento de Santa Maria de Celas, da Ordem de Cister, era uma construção sólida que ostentava, na sua fachada principal, um magnífico portal. Foi por aí que o alferes Carlos Boavida, garbosamente fardado e barbeado, o melhor que pôde dadas as circunstâncias, já com a brilhante espada francesa, devidamente polida, na bainha, entrou, nesse final de junho de 1828, para se despedir da noviça Maria Beatriz de Vasconcelos.

Vivendo em clausura, só o receio da comunidade religiosa de que os hereges *jacobinos* que dominavam a cidade pudessem, a qualquer momento, fazer tábua rasa dos regulamentos da Ordem, permitiu uma licença especial para que a noviça viesse ao parlatório. Este era uma pequena janela densamente gradeada, virada para o pequeno pátio interior a que o portal dava acesso. Daí para a frente não era permitido entrar. Beatriz não via Carlos há três anos e, na escuridão quase completa em que se encontrava, não o reconheceu logo.

— Sou o Carlos, o Carlos Boavida, o afilhado do senhor barão.

— Oh, o Carlos... o que fazes aqui!? — admirou-se a noviça, visivelmente excitada.

— Vim visitar-te. Há três meses estive em Vale Meão a despedir-me dos teus pais e da tua irmã e falámos em ti.

— E como estão eles? Estão bem, claro! A única que está mal, sou eu. E tu, o que fazes? Já és bacharel? Aqui não se sabe nada.

— Já, mas agora sou militar. O senhor D. Miguel voltou e foi aclamado como rei, mas nós os constitucionais revoltámo-nos e estamos dispostos a morrer pelo senhor D. Pedro e pelos direitos de sua filha, a infanta D. Maria da Glória.

— Outra vez!?! Mas o senhor D. Miguel não estava exilado em Viena de Áustria desde aquela sublevação... como chamaram à sublevação? Aqui, até nos esquecemos de tudo. Perdão, já me recordo, foi a *Vilafrancada*.

— Não! Foi a *Abrilada*. A *Vilafrancada* ocorreu um ano antes — emendou Carlos, prontamente.

— É isso, a *Abrilada*! Foi quando D. Miguel prendeu o pai na Bemposta e os esbirros dele e da rainha Carlota Joaquina mataram o marquês de Loulé.

— Pois, agora, o infante está de volta, e temo que, desta vez, só pela força das armas o vamos conseguir desalojar.

— Carlos, só tenho um pedido, um pedido muito importante a fazer-te: tira-me daqui!

A veemência com que Beatriz fez este inusitado pedido deixou Carlos sem palavras. Por entre o gradeamento vislumbrou uns olhos dolorosos, mas enérgicos. Reconhecia em Beatriz, ao contrário de Helena, o temperamento viril e apaixonado do padrinho.

— Mas como tirar-te daqui!?

— Não fui feita para me enclausurar num convento. Tira-me daqui e leva-me contigo para onde fores. Serei tua, casarei contigo, peço-te, tira-me daqui.

— Mas tu só tens 13 anos!

— Tenho 14, acabo de os fazer. O que tem isso? Desde os 12 que sou mulher. Tira-me daqui, juro-te que serei a mais doce das mulheres, a mais fiel, a mais sincera, a mais grata das esposas.

— Não posso, Beatriz. O meu destino é incerto. Não tenho futuro. Nada te posso oferecer. De qualquer modo, não te amo. Para mim vais ter sempre 11 anos como da última vez que te vi.

— Não tens nada, mas tens a única coisa que eu não tenho: a liberdade de escolher.

— É-te assim tão dolorosa a clausura? — perguntou, na tentativa de desviar a conversa para um campo mais cómodo.

— Nenhuma noviça está aqui por vocação. Somos prisioneiras da nossa condição de filhas segundas sem dote. Tomara que os liberais ganhem para que isto possa mudar. Só acabando com os morgadios poderemos ter direitos iguais. Filhos e filhas, iguais, Carlos. Olha que vocês, de mais baixa condição, desculpa falar-te assim, são mais livres do que nós, que vivemos sob a capa duma pretensa superioridade, mas que não passamos de escravos dos preconceitos da nossa classe.

— Onde aprendeste tudo isso, Beatriz!? — admirou-se, seriamente, o alferes.

— Não sou estúpida, Carlos. Aprendi na carne e na alma, que é a melhor maneira de se aprender. Mas diz-me, tiras-me ou não me tiras daqui? Tenho a certeza de que, com essa espada, eras capaz de rebentar com a grade.

— Beatriz, desculpa, não estou em condições de te ajudar. Lamento, não te sabia tão infeliz.

— Infeliz e assustada. Não fazes ideia das doenças a que, aqui dentro, estamos sujeitas. O que não falta aqui são tísicas e leprosas. Mas eu hei de sobreviver e o senhor D. Pedro há de ganhar esta disputa. Se eu não conseguir fugir daqui antes, jura-me, ao menos, que quando a guerra acabar me vens libertar.

— Juro-te Beatriz. Tens a minha palavra de honra.

— Então adeus e faz tudo para regressares vencedor. Olha que só os vencedores contam. Como se costuma dizer, dos vencidos não reza a História.

A memória deste encontro, estava seguro, acompanhá-lo-ia para onde quer que fosse. E, no entanto, sabia bem que, a cada dia que passava, as tribulações da sua própria vida não permitiam disponibilidade nem tempo para grandes meditações.

No dia 2 de julho, regressado, com o major Bernardo de Sá Nogueira, dos postos avançados, tornara-se evidente que, a todo o momento, as tropas leais a D. Miguel, mais bem equipadas e em maior número, cairiam sobre os constitucionais. Pelo facto de não terem encontrado, no bivaque do Pau de Bandeira, nenhum dos generais, o major resolveu ir a casa do barão de Rendufe, onde se alojara o conde de Palmela e que servia como sede do estado-maior. O alferes Carlos Boavida organizou uma pequena escolta e acompanhou-o até à Rua Chã.

Quando o major regressou, Carlos reparou que ele vinha lívido. Montaram e prosseguiram calados durante alguns minutos até que o major Bernardo de Sá Nogueira, em voz baixa para que os soldados da escolta não o ouvissem, contou ao alferes:

— Estão borrados de medo. Dissolveram a Junta e acabaram com o Governo Provisório. O comando do exército passou para o general Saldanha com a incumbência de o conduzir até à Galiza.

— E os outros?

— Vão regressar no vapor *Belfast* a Inglaterra. Palmela ofereceu-me um lugar, mas eu declinei. O meu lugar é junto dos meus camaradas.

— E o general Saldanha também está disposto a esse sacrifício?

— Isso é o que vamos saber. Disseram-me que ele está na Torre da Marca, a montar.

Efetivamente, o general estava a montar e sabedor de tudo o que se tramara. A primeira pergunta que dirigiu ao major foi se ele estava consigo ou com os outros. A resposta comoveu-o até quase às lágrimas. Então o major aconselhou-o a não tomar essa responsabilidade sem consultar os comandantes dos corpos. Já no Pau de Bandeira, para onde seguiram, o general Saldanha mandou convocar todos os comandantes das unidades. Todos discordaram com a proposta de seguir para a Galiza, sem enfrentar o inimigo.

O general, em face do que ouviu, saiu da sala e, pouco depois, voltou com um papel que pediu para ser assinado por todos. O brigadeiro Francisco Saraiva, por ser o comandante mais graduado, leu-o em voz alta: “Os abaixo-assinados, generais, comandantes de brigada e comandantes de corpos, declaram positivamente que não querem ir para Espanha.” Então, todos os presentes assinaram a declaração, a começar pelo brigadeiro Joaquim Pizarro, que, entretanto, tinha chegado. Como ainda faltavam assinaturas, o general seguiu para casa do visconde de Rendufe, onde ficou a aguardar a declaração.

Todos pensaram que o general Saldanha estava disposto a aceitar o comando das tropas e enfrentar o inimigo. Logo que a recolha de assinaturas se concluiu, uma delegação chefiada pelo brigadeiro Francisco Saraiva, e de que faziam parte o coronel Torres, o tenente-coronel Schwalbach, o major Xavier e o major Camelo, partiu ao encontro do general Saldanha. Pretendiam entregar-lhe a declaração e pedir-lhe que viesse, imediatamente, tomar o comando das tropas.

O major Bernardo de Sá Nogueira, acompanhado do alferes Carlos Boavida, ficou aguardando o fim da diligência. Como oficial mais graduado do estado-maior, reportando diretamente ao conde de Palmela, o chefe nominal do Governo, o major ficou em Pau de Bandeira para coordenar os movimentos das tropas face ao iminente ataque miguelista.

A espera prolongou-se até que a delegação regressou sem ter falado com o general. Pouco depois chegou um bilhete deste dirigido ao coronel Francisco Pereira, comandante de *Infantaria 6*. “Se eu tivesse começado o movimento, havia de levá-lo avante, mas não o tendo começado, nestas circunstâncias, não posso continuar a ser comandante do exército”, dizia a curta missiva, que o coronel leu em voz alta.

Então, o major Bernardo de Sá Nogueira escreveu logo uma nova rogativa, igualmente assinada por todos os comandantes presentes, desta vez dirigida ao general Stubbs para que viesse tomar o comando. O alferes Carlos Boavida foi encarregado de ir ao Porto entregar-lhe essa carta. Eram já 11 horas da noite quando voltou ao quartel-general operacional do Pau de Bandeira, onde só encontrou o major Sá Nogueira e o brigadeiro Joaquim

Pizarro. A informação que lhes trouxe não era animadora: por mais que tivesse procurado o general Tomás Stubbs, não tinha conseguido saber dele. Era como se a terra o tivesse engolido.

O que o alferes também não sabia é que, a essa hora, a debandada dos ratos para o vapor *Belfast* já tinha começado.

A FUGA, MARCHA, RETIRADA OU O QUE QUER QUE LHE QUEIRAM CHAMAR, das tropas constitucionais para a Galiza, foi das páginas mais negras da *Revolução Liberal*. Sem a presença dos seus comandantes, as tropas abandonadas viram-se, subitamente, entregues a si próprias. Valeu-lhes a nobreza de um punhado de comandantes de segunda linha, com Pizarro e Bernardo de Sá Nogueira à cabeça, que preferiram, ao conforto do *Belfast*, o vexante destino de conduzir um exército vencido, desfeito, sem brio e sem glória. A recente retirada de Coimbra podia ser esquecida, ela tinha sido apenas o prenúncio duma hecatombe que estava para além da imaginação do mais sagaz dos observadores.

E se alguns, logo ali, em Gaia, Valongo ou no Porto, se precipitaram nos braços do general Póvoas ou nos do conde de Santa Marta, a maior parte seguiu os comandantes dos regimentos, dos batalhões e das companhias, com quem tinham partilhado os bons e os maus momentos, que todas as guerras propiciam. Todos sabiam como a população sublevada pelos padres vinha procedendo para com os liberais vencidos, chacinando-os sumariamente, sem clemência nem possibilidade de julgamento justo. Prender, supliciar, condenar e enforcar era a receita que, das mais altas instâncias, desabava sobre as cabeças daqueles que, ainda que inocentes, fossem apontados como liberais, *maçons* ou *jacobinos*. E o povóléu, instigado por ódios e mentiras, sentindo as costas quentes, antecipava de bom grado a canseira dos desembargadores enquanto saciava, no sangue dos vizinhos e na rapina dos seus bens, a sanha da sua animalidade.

Ninguém desconhecia, pois, que entregarem-se nas mãos dos realistas era entregarem-se à arbitrariedade e à morte. E esse foi o destino daqueles poucos, que, desalentados ou mal conduzidos, não tiveram ânimo para prosseguir, trocando a incerteza do desconhecido pela promessa duma miragem.

A retirada fez-se para Santo Tirso, com 5000 homens, 400 cavalos e 20 bocas de fogo. Com o grosso do exército realista acampado para os lados de Guimarães, o major Bernardo de Sá Nogueira, que sempre se opusera à fuga sem luta, propôs mais uma vez um plano de resistência nas montanhas acima do rio Lima, onde poderiam facilmente resistir durante meses até receberem ordens expressas de D. Pedro. Entretanto, nessa mesma noite de 3 para 4, já se havia espalhado a notícia da fuga dos generais, mas o que

pesou mais no ânimo dos soldados foi o abandono dos seus chefes diretos, como o tenente-coronel João de Schwalbach e o major Francisco Xavier, os estimados comandantes de *Caçadores 3* e *Caçadores 12*.

A partir do dia 4, tornou-se evidente que a maior preocupação residia nos atrasados, magotes de soldados que, a pretexto do calor e do cansaço, se deixavam ficar à sombra das árvores, e que, com as mulheres, bagageiros e outros paisanos, assaltavam as casas abandonadas, pilhando os bens que podiam.

O alferes Carlos Boavida, desde a retirada de Coimbra do brigadeiro Francisco Saraiva e da sua substituição, a partir de Oliveira de Azeméis, pelo general Saldanha, enquadrou-se, como adjunto do major de Engenharia Bernardo de Sá Nogueira, no estado-maior do comandante-em-chefe. E por essa razão, a partir do Porto, coube-lhe a espinhosa tarefa de, a mando do seu superior hierárquico, acompanhar a retaguarda da longa coluna militar. Muitas vezes o fez sozinho, a maior parte, porém, com o próprio major que, durante a marcha para a Galiza, parecia estar em todo o lado.

Contra o conselho deste, tornou-se evidente que, a partir de Braga, a coluna, em vez de seguir para Valença, infletira em direção ao Gerês. O brigadeiro Joaquim Pizarro deixara-se influenciar pelos argumentos dos oficiais que diziam conhecer a região, mas que, fustigados desde Santo Tirso pelos rebeldes, preferiam a segurança das montanhas às zonas mais expostas do litoral. Estes, mentindo sobre as distâncias e a qualidade das estradas, levaram os soldados à exaustão e as peças de artilharia aos fundos dos barrancos, por ser impossível fazê-las seguir por vias tão irregulares.

Tudo isto ia debilitando a moral das tropas, intensificando as fugas e provocando uma ou outra ameaça de sublevação. A mais grave, que poderia ter tido outras consequências, ocorreu depois da ponte do Prado, quando alguns soldados de *Caçadores 11* e do *Regimento 21*, do coronel Cayola, se negaram a prosseguir e, aos vivas a D. Miguel I, começaram a disparar contra os poucos camaradas do *Batalhão de Caçadores 12*, que estavam com o major Bernardo de Sá Nogueira.

A resposta pronta destes, logo acompanhada do *Regimento 18*, do coronel Henrique da Silva, do *Regimento 6*, do coronel Francisco Pereira, e do *Batalhão 12*, do capitão Bacelar, fez abortar aquela atabalhoada tentativa de sublevação.

Sossegada a retaguarda, foi, então, possível estabelecer um perímetro de segurança minimamente eficaz. E, durante quatro dias, a retaguarda da coluna prosseguiu sem mais tentativas insidiosas, respondendo eficazmente a todas as flagelações que os sublevados e as tropas rebeldes de D. Miguel continuaram a infligir. E durante toda essa penosa escalada até à Portela

do Homem, o major Bernardo de Sá Nogueira ia lamentando as peças de artilharia encravadas e atiradas para o fundo dos despenhadeiros.

A CHEGADA DOS RETARDATÁRIOS CAUSOU O MAIOR ESPANTO NA CABEÇA da coluna, instalada junto à fronteira da Galiza, onde o brigadeiro Joaquim Pizarro e alguns oficiais do estado-maior, que não tinham partido no *Belfast*, já se encontravam há três dias.

— Só no dia seguinte nos avisaram de que os soldados se tinham sublevado contra os oficiais e os tinham matado a todos — disse o brigadeiro, quando confrontado pelo major Bernardo de Sá Nogueira.

— E não mandaram ninguém para nos ajudar, meu brigadeiro!?! — ripostou o major, em tom desabrido, mostrando todo o seu desagrado.

— Não podíamos voltar para trás. Ninguém conseguiria subir duas vezes estes desfiladeiros. Além disso, durante todo o percurso fomos flagelados e, sem caçadores, que tinham ficado convosco, não tínhamos meios capazes para essa empreitada. A infantaria e a artilharia não foram feitas para este terreno.

— Esta debandada foi uma vergonha, meu brigadeiro.

— Pois foi.

— Tínhamos meios para nos opormos a um inimigo que não é maior em número. A maior parte dos nossos soldados sentiu-se abandonada pelos seus oficiais. Todos lamentam termos deixado o terreno sem darmos um único tiro, senão os que fomos obrigados a dar para nos defendermos. Repito, excelência, esta debandada foi uma vergonha. E sabe Deus o que ainda nos espera!

— Nada disto foi planeado, como sabe, meu caro major. Você e eu estamos aqui pela força das circunstâncias e pela desonra que nos acompanharia até à morte, se tivéssemos tido outra atitude. Repare que eu próprio fiz toda a minha vida militar na Marinha e só pelo facto de ser governador de Chaves é que estou aqui. Sou, pois, o homem errado no lugar errado. Mas não me queixo, senhor major.

Estas palavras fizeram amansar a fúria do major. Na verdade, este sabia bem como o brigadeiro Joaquim Pizarro, depois de ter participado na *Guerra Peninsular* contra os franceses, tinha ido para Montevidéu, como comandante da Marinha, da Capitania do Porto e da Inspeção do Arsenal Real. O major reconheceu, sem dificuldade, a tragédia daquele homem subitamente obrigado a assumir um dever acima das suas capacidades.

— Meu brigadeiro, tem razão. Humildemente apresento as minhas desculpas. A raiva, às vezes, cega-nos.

— Compreendo-o, meu amigo. Também eu estou a ferver por dentro, mas contenho-me. A situação exige cabeça fria. E você, meu caro Bernardo, como major do estado-maior, também está obrigado a dar o exemplo.

— Farei o meu melhor, excelência — prometeu o major, verdadeiramente contristado com a situação e arrependido de ter hostilizado o seu comandante.

E, no entanto, quantas promessas não se quebram ao longo de uma vida? Promessas sinceramente feitas em consciência, mas cujo cumprimento as circunstâncias se encarregam de desobrigar. A promessa do major Bernardo de Sá Nogueira demorou menos de uma semana a ser esquecida. Tantos dias quanto demorou a chegar D. Manuel Inácio Pereira, coronel de milícias de Pontevedra, enviado pelo general comandante de Orense, a quem o brigadeiro Pizarro, mal tinha chegado à fronteira de Loios, tinha avisado da presença e solicitado o respetivo asilo.

Era este coronel, um antigo guerrilheiro que durante o tempo da *Guerra Peninsular* tinha enriquecido à custa de inúmeros roubos e que, desde 1820, sempre tinha estado com os rebeldes realistas, rapinando em Portugal o muito que pôde. Homem sem princípios, de rude trato e inimigo figadal de tudo o que cheirasse a liberalismo, o coronel Pereira foi a pior praga que o capitão-general Eguia poderia ter enviado para receber o que restava do exército constitucional português.

Logo no primeiro momento, e após evitar as saudações do brigadeiro Pizarro, fez um discurso insolente, utilizando uma linguagem desbragada, imprópria dum oficial, em que acusou o exército português de ter entrado em Espanha sem autorização e, ademais, armado. O brigadeiro Pizarro, confrontado com o chorrilho de barbaridades do coronel, remeteu-se ao silêncio. Então, o major Bernardo de Sá Nogueira adiantou-se e respondeu ao coronel: que nada do que dissera correspondia à realidade, que nenhum soldado português tinha entrado armado em nenhuma povoação de Espanha e que em tudo tinham respeitado as determinações do alferes comandante da guarnição de Loios, entregando todas as armas, incluindo as espadas dos oficiais; e que só não o fizeram antes porque, dos montes vizinhos, as guerrilhas portuguesas continuavam a fazer fogo.

O coronel, não suportando a contradita, cresceu para o major com as faces arrepanhadas pela fúria:

— *Rebeldes y criminosos son esos que nos siguen!* — respondeu o major.

— *Y se atreve usted a hablarme com esa altenaria?* — gritou o coronel, espumando de raiva.

— *Yo le hablo a usted da la misma manera que usted me habla.*

— *Usted me habla asi enquanto no le cuerto la cabeza!* — ameaçou, de espada em punho, o comandante espanhol, crescendo para o major, completamente fora de si.

— *Y usted me habla asi porque no tengo mi espada a mi lado. Es una*

cosa gloriosa el sacar la espada contra un hombre desarmado! — respondeu o major.

Completamente possuído pelo furor, o coronel Pereira levantou a espada. O major Bernardo de Sá Nogueira enfrentou a fúria espanhola, olhos nos olhos, sem mexer um músculo. Então, o capitão espanhol do estado-maior, que acompanhava o coronel, e o oficial comandante da guarda abraçaram-no, pedindo-lhe calma. O coronel Pereira reagiu com maus modos, descarregando nos seus oficiais toda a raiva que o tomara, enquanto o alferes Carlos Boavida abraçava o major, intencionalmente colocando-se de permeio, enquanto lhe dizia em voz baixa:

— Meu major, tenha calma, quando não este animal irá descarregar em toda a divisão.

Por esse motivo, por um qualquer desígnio superior ou, mais simplesmente, pela sua índole natural, o coronel Pereira tratou imediatamente de desapossar a cavalaria das suas montadas, bem como todos os cavalos dos oficiais, que eram propriedade destes. E logo tratou de os mandar separar, tendo ficado para si com os melhores. E os outros foram distribuídos pelos oficiais que o acompanhavam, assim os comprometendo no roubo. E os cavalos que restaram, velhos, coxos, desferrados e estropiados, foram reparados pelos padres e pelos paisanos que tinham vindo no seu séquito e que, junto dos soldados, não se cansavam de os incitar a regressar a Portugal, onde o senhor D. Miguel lhes perdoaria e acolheria de braços abertos.

De facto, alguns soldados, mais por fome do que por outra razão, de lágrimas nos olhos, decidiram, nessa altura, regressar a Portugal. Porém a maioria, ao serem questionados, gritou “Espanha! Espanha!”, para desagrado do coronel que continuou, nos dias seguintes, a sua espoliação, devassando carroças e apossando-se dos bens dos paisanos e das mulheres que, na fuga, acompanhavam os seus maridos. E nem as mulas e os machos, que puxavam as carroças, escaparam ao saque, que se prolongou por vários dias.

Ao fim de algum tempo, depois de arrombar e roubar todo o dinheiro da caixa da divisão, tornou-se claro que a intenção do coronel era forçar as tropas e os seus acompanhantes a regressar a Portugal. Para conseguir esse intento, fez uso de todos os meios. Por fim, porque o resultado ainda não o satisfizesse, mandou separar os soldados dos seus oficiais e, posteriormente, separou estes de entre si, convencido de que assim, minando o ânimo das tropas, isolando os soldados dos seus comandantes diretos, distribuindo-os por diversos campos afastados uns dos outros, mais facilmente os podia manipular e seduzir com promessas em que ninguém já acreditava.

Com os acampamentos semelhantes a campos de batalha, peçados de despojos, fuzis partidos, espadas quebradas, selas despedaçadas, baús

esventrados e carroças destroçadas, já a fome tinha passado a ser o denominador comum e o último flagelo com que o comandante espanhol pretendia dobrar os mais recalcitrantes. Acrescia ainda que, durante a subida do Gerês, a maior parte dos comissários das companhias tinha aproveitado a marcha forçada, depois da falsa notícia do assassinato dos oficiais, para fugir com as arcas do soldo. Com o pouco dinheiro que restara, o brigadeiro Joaquim Pizarro tinha mandado o tesoureiro-geral das Tropas, Manuel Colaço, pagar dois meses de pré aos soldados. Contudo, a campanha dos padres e dos frades junto das populações, de que os portugueses eram judeus e como judeus deveriam ser tratados, afugentara os aldeãos, fazendo com que os poucos que apareciam pedissem somas exorbitantes pelos poucos alimentos que mercadejavam.

A roubalheira do coronel Pereira, aliada à roubalheira dos camponeses por ele industriados, ao invés de demoverem as intenções dos portugueses, ainda mais lhes incutiram a necessidade de, rapidamente, procurarem porto de mar de onde pudessem passar a França ou a Inglaterra, lugares de asilo bem mais afortunados para os muitos liberais que, desde 1826, aí se tinham homiziado.

Porém, não foram os roubos, as injúrias e as bravatas que suscitaram naquele energúmeno o ódio dos exilados, mas a maneira como tratava, muitas vezes, os soldados, dando-lhes espadeiradas, quando alguma coisa lhe desagradava, ou mandando prender os oficiais que não lhe aturavam os insultos. De tal modo que, ao fim de pouco tempo, já grassava no Campo de San Martín de Araújo, onde o estado-maior da divisão tinha sido inicialmente instalado, a intenção generalizada de esmagar a cabeça da víbora, acabando-lhe, de vez, com a peçonha.

O alferes Carlos Boavida, a quem tinham tirado dois cavalos mais a espada francesa, que passara a ver à cintura do tenente da guarda, ardia em ânsias de se vingar da afronta. Por isso, não passava um dia que não procurasse aliados entre os voluntários do *Batalhão Académico*, muitos dos quais seus antigos colegas das lides coimbrãs. O seu propósito era quebrar o pescoço do coronel Pereira, fingindo uma queda do *Faísca*, o melhor dos quatro cavalos do major Bernardo Sá Nogueira, que o salafrário confiscara e tinha passado a montar.

— O coronel Pereira monta todos os dias na orla da floresta que vai até ao rio Caldo. Só preciso que armem uma desordem na parte de cima, junto à entrada do campo, que atraia a atenção dos guardas. Simão, tu és capaz de armar essa desordem.

— Eu sou capaz de tudo, e depois? — perguntou Simão da Luz Soriano, um estudante de medicina, que deixara o curso a meio por causa da sua adesão à causa da infanta.

— E depois, e depois! E depois eu e o António Cabral tratamos do resto. Não é, António?

— Se tu és capaz eu também sou. O pior são os soldados da guarda que andam por todo o lado, além dos padres que não nos largam um minuto com as suas arengas. Talvez fosse melhor pensar um pouco mais no assunto, não achas?

— Já pensei o suficiente, só preciso de afinar melhor o local. O golpe tem de ser desferido para lá do ângulo de visão do campo.

— Pois eu acho que o Simão era mais indicado do que eu para te ajudar a desferir a cutilada. Sempre é estudante de medicina e sabe, melhor que ninguém, as fragilidades do corpo humano — refletiu o alferes António Cabral de Sá Nogueira.

— És capaz de ter razão. Simão, alinhas comigo?

— Estou contigo no que queiras fazer. Temos de acabar com o miserável, se faço parte da ação ou da distração, isso é secundário.

— António, só te peço uma coisa, não contes nada ao teu irmão. Ele já tem problemas de sobra com o coronel, desde o primeiro dia.

Desde a chegada ao campo que nem uma única noite Carlos deixara de pensar na pequena Beatriz. Durante toda a fase anterior, desde Coimbra até Gaia, a seguir no Porto, com todas as peripécias criadas pelas voltas e reviravoltas da *Belfastada*, e durante a desgraçada fuga para a Galiza, pelo Gerês acima até à Portela do Homem, as incidências e vicissitudes dessa longa jornada tinham conseguido atenuar a impressão que a sua infelicidade lhe causara. A promessa que lhe fizera, de que a retiraria do convento, pesava-lhe na alma, e a incapacidade para solucionar, de imediato, tamanha angústia, o ter de a deixar para trás, agarrada ao desespero duma esperança vaga, definiam nele um objetivo emocional tão forte como o amor à causa da Liberdade.

Nas primeiras noites da Galiza, descansava a mente exorcizando as agruras do campo com as recordações da infância: a casa da Valeira, que era a sua casa; a ama, carinhosa e desvelada, que o criara; o padrinho, que o acolhera e estimava; a senhora morgada, que nunca interferia nos afetos do marido; a imagem esbatida de Armando, o filho mais velho do morgado, de quem se dizia ter morrido afogado; a camaradagem com o tenente Francisco Manuel, o mais próximo de si, que tudo lhe ensinara sobre cavalos, montarias, armas, matilhas e javalis; e, ainda, a beleza serena de Helena, afetuosa e condescendente Helena, cujo sorriso, desde sempre, tinha o condão de o atrair e tranquilizar.

De Beatriz, porém, por mais que tentasse, não conseguia recordar uma memória, evocar um facto, um momento, um gesto, um traço, algo de indelével, ainda que anódino, que a ligasse àquela casa, àquela família, a ele

próprio. Relembrava apenas o reflexo da sua inexistência nas lamentações das criadas, nas queixas da morgada ao marido, da tolerância de Helena quando dizia: “Ai, a minha mana, a minha mana...” E essa branca, paulatinamente tinha começado a ganhar espessura, forma e conteúdo, ao ponto de, à noite, mal fechava os olhos, o olhar febril de Maria Beatriz, que ele mal entrevira no parlatório, lhe aparecer, então, ainda mais ardente e implorativo do que, em Coimbra, julgara ter percebido. Beatriz, a criança de 11 anos, azougada e fugaz, sempre a escapar-se, a infernizar os outros, um fogo-fátuo, meio sombra meio fantasma, tinha ganho vida e substância, passando a ocupar um espaço infinito na cabeça do alferes Carlos Boavida.

A tal ponto que só a cisma dos últimos dias na resolução do “caso Pereira”, como mentalmente lhe chamava, conseguira pôr travão a essa obsessão que, ao de leve, sem saber como, o tinha capturado.

Dois dias depois, quando ainda afinava os preparativos da conjura a que metera ombros, Pereira veio avisar que o campo ia fechar e que todos iriam ser distribuídos, imediatamente, por outros campos mais distantes da fronteira. Pesaroso por não ter dado fim àquele verme asqueroso, mas, simultaneamente, aliviado pelos dias de ódio terem terminado, Carlos recobrou o otimismo e deu por encerrado o assunto.

A mudança levou-o, com os outros membros do estado-maior, até Orense, onde o comandante de armas, o brigadeiro Marcó del Pont, os fez esperar durante horas, às portas da cidade. Depois de terem ouvido a palestra que este oficial general arengou do alto da sua insofismável ignorância, o brigadeiro Joaquim Pizarro e os demais oficiais do estado-maior da divisão deram graças a Deus por terem tido Pereira por carcereiro. O brigadeiro Marcó del Pont era um homenzinho truculento e indigesto, daquela espécie de poderosos que sentem um genuíno prazer em espezinhar os outros. Se Pereira era um ladrão boçal, este brigadeiro Marcó era um animal abjeto sem ponta de sentimentos.

O destino dos traidores, como ele tratara os portugueses, apesar de o Governo espanhol afirmar o seu reconhecimento a D. Pedro, estava, finalmente, traçado: todos seguiriam para Lugo, donde os paisanos poderiam alcançar os portos da Corunha, Ferrol e Ribadeo. Quanto aos militares, a partir daquela cidade, poderiam pedir ao capitão-general de Santiago de Compostela os passaportes necessários. Tudo no prazo de trinta dias, findos os quais, sem direito a reclamação, aquele que fosse apanhado seria conduzido à fronteira e entregue às tropas de D. Miguel.

Reagrupados em Orense, militares e paisanos trataram de sair de Espanha, o mais rapidamente que puderam. Os paisanos, que tinham ainda dinheiro, negociaram passaportes para Tui. O brigadeiro Joaquim Pizarro, em nome da divisão, tratou de remeter requerimentos ao rei de Espanha,

reclamando das afrontas que tinham recebido e pedindo indenizações pelas perdas e confiscos, juntando, ainda, cópias de todas as reclamações que tinham sido feitas ao capitão-general Eguia. E reivindicou, ainda, a devolução do dinheiro da caixa militar roubada pelo coronel Pereira, sem o que não seria possível pagar o transporte de todos os exilados. Cópias de todos estes documentos, petições, apresentações, protestos e reclamações, foram, igualmente, enviadas aos embaixadores de Inglaterra, França e Áustria.

— Vocês sabem o que é que o Eguia respondeu? — perguntou Simão da Luz Soriano, alguns dias depois.

— Mas a última reclamação não foi enviada ao rei Fernando VII!? — interpelou o alferes Narciso, admirado.

— Pois sim, mas ele já tratou de avisar que as petições coletivas não vão ser aceites. Só as individuais — esclareceu Simão.

Tinham-se aboletado numa das casas cedidas pelo brigadeiro Moreda, comandante militar de Lugo, o único oficial espanhol que os tinha tratado, até então, com alguma urbanidade. O alferes Carlos Boavida, sempre assíduo no seu grupo de amigos, estava ausente. Tinha acompanhado o major Bernardo de Sá Nogueira até à Corunha a fim de tratar do afretamento dos navios. Tinha sido a honestidade do comissário Colaço, ao conseguir esconder do coronel Pereira a última das malas com vinte e quatro contos de réis em papel-moeda, a dar a última esperança ao contingente.

— Tomara que o dinheiro chegue. Pelo menos 35% vai ser perdido no câmbio — lamentou-se Joaquim António de Aguiar, segundo-comandante do *Batalhão Académico* e lente substituto de Leis da Universidade de Coimbra.

— Vai chegar. Muitos dos que ainda têm dinheiro estão dispostos a pagar a passagem do seu bolso; e, ainda, contribuir para pagar a de um soldado mais necessitado. A minha vai ser paga pelo major Bernardo de Sá Nogueira. Já me assegurou que faz questão disso — informou Simão, agradecido e orgulhoso da atenção do major.

— O meu irmão, se pudesse, era capaz de pagar um navio inteiro do seu próprio bolso — disse António Cabral, que também se encontrava presente.

— O que mais me admira é a mudança na atitude dos espanhóis, desde que deixámos Orense. Aqui, em Monfort, tratam-nos bem e, segundo parece, em Ferrol ainda tratam melhor os que para lá foram.

— Parece que também há liberais na Galiza, estão é acachapados — disse o alferes Narciso, dando uma palmada no ombro de Simão.

— Disseram-me, em Lugo, que o Eguia e o Marcó estavam a preparar uma insurreição a favor de D. Carlos e que nós viemos atrapalhar as

suas intenções. Daí, nos terem tratado tão mal. Na Galiza todos temem o capitão-general, mas ele também nos temia, mesmo desarmados. Por isso ordenou, a todas as autoridades, que nos hostilizassem — informou o cabo José Estêvão, que, até então, tinha permanecido calado.

Era este cabo, de seu nome completo José Estêvão Coelho de Magalhães, natural de Aveiro, que em 1826, com apenas 17 anos, tinha aderido ao *Batalhão Académico*. Em Coimbra tinha-se envolvido nos clubes políticos, onde se revelara um notável orador, e travado conhecimento com Simão da Luz Soriano, sete anos mais velho, que o levava para o jornalismo.

Pela primeira vez, desde que Simão o começara a puxar para o grupo de amigos, o jovem José Estêvão abria a boca para emitir uma opinião. A sua voz grave e bem timbrada apanhou todos de surpresa, incluindo o segundo-comandante do seu batalhão, o lente Joaquim António de Aguiar, que logo lhe perguntou:

— Você é de Leis?

— Por acaso sou, meu comandante.

— Então, porque é que eu não o conheço?

— Porque eu não passei do segundo ano, meu comandante.

— Pois faz mal, se não acabar o curso.

— Obrigado, meu comandante. Logo que possa, tenciono acabá-lo.

— Ou muito me engano, ou você irá dar um belo tribuno.

— E o meu comandante ainda não o ouviu, de verbo inflamado, a perorar sobre a Liberdade. O José Estêvão é, já hoje, o melhor orador de todas as tertúlias de Coimbra — interrompeu Simão da Luz Soriano.

— Não acreditem, cavalheiros, isto é apenas a grande generosidade do meu amigo Simão a falar.

COM O CONTEÚDO DA CAIXA DO TESOUREIRO MANUEL COLAÇO BEM RESGUARDADO no fundo da albarda do jumento onde carregavam os parcos haveres, o major Bernardo de Sá Nogueira, nomeado responsável do afretamento, e o seu ajudante alferes Carlos Boavida, acompanhados da conduta que as autoridades militares de Lugo lhes destinaram, dirigiram-se à Corunha. A viagem, realizada no princípio de agosto sob a inclemência de um sol escaldante que convidava à sesta, levou-os, ainda, da Corunha até Ferrol. Em qualquer das cidades, as autoridades militares, não sendo simpáticas, foram no mínimo acessíveis e colaborantes, particularmente o governador desta última, Juan de Michelis.

O confronto com o coronel Pereira tinha corrido por toda a Galiza e a fama do major Sá Nogueira, que enfrentara, desarmado, a fúria do coronel das milícias, precedia-o, conferindo-lhe uma aura especial muito do agrado dos comandantes militares. Acrescia ainda que, ao contrário das zonas do

interior onde a influência dos padres e dos frades era bastante acentuada, as gentes do litoral galego, embora silenciosamente, eram mais próximas dos constitucionais. Por outro lado, a densidade dos conventos, abundantes no interior, onde os camponeses, por força da pregação, eram capazes de negar um copo de água aos soldados portugueses, era, ao longo da costa, mais rarefeita e, por esse motivo, os comandos militares mais livres para não seguirem à risca as ordens do general Eguia.

Na Corunha, o responsável pelo embarque foi o cônsul inglês, que se comprometeu, perante o major e o alferes, a desempenhar essa tarefa. Desta cidade, foram enviadas cartas a todos os locais onde estavam alojados os militares portugueses com instruções sobre a sua deslocação e embarque. Em Ferrol, onde o brigadeiro Joaquim Pizarro já se encontrava, completou-se o plano, a fim de que nenhum soldado português, que quisesse embarcar, ficasse retido na Galiza.

Os dois navios napolitanos, que primeiro aportaram, partiram a 12 de agosto. O major Bernardo de Sá Nogueira, acompanhado do alferes Carlos Boavida, embarcou no primeiro, com lotação para cento e vinte pessoas, mas onde iam mais de trezentas. Esta desproporção transformou o navio num autêntico barco negreiro onde cada um teve de lutar por um pouco de espaço. Para além de, durante esse período, todos terem partilhado o luxo da mesma cama de tábuas e o requinte do mesmo caldeirão geral.

Finalmente, a 18 de agosto de 1828, os primeiros prófugos chegaram a Portsmouth. O alferes Carlos Boavida, a quem o mar continuava a maltratar, desembarcou muito afetado, cheio de enjoos e prestes a vomitar as tripas. Por isso, e contra a sua vontade, viu-se obrigado a permanecer acamado durante três dias, o que o impediu de seguir com o major para Londres, onde este se foi encontrar com o conde de Palmela, a fim de prestar contas e receber instruções.

A aventura da Galiza estava terminada e a companhia do major comprometida. Na verdade, depois de ter falado com o conde de Palmela e com o visconde de Itabaiana, ministro plenipotenciário do Brasil na Grã-Bretanha, o major Bernardo de Sá Nogueira foi desafiado a partir para a Madeira, onde o general José Lúcio Valdez, em nome de D. Pedro, governava e defendia a ilha. Por essa razão, o major já não regressou a Portsmouth, tendo seguido diretamente para Falmouth e embarcado, a 8 de setembro, no paquete *The Marchioness of Queensberry*, com destino ao Rio de Janeiro e escala no Funchal.

Durante meses, o alferes Carlos Boavida, enquanto esperou o transporte que o levaria aos Açores, a última parcela do território português fiel a D. Pedro, não se cansou de meditar como muitas vezes são as pequenas coisas, como a moléstia passageira que o tinha atormentado, a causa de

grandes contrariedades. E durante todo esse tempo não deixou de pensar em Helena e em Beatriz, principalmente nesta e na sua grande dor de não poder ser livre. E então, também ele, pela primeira vez, começou a pensar na condição feminina e na igualdade de gênero perante a lei e a justiça. E esse pensamento tão cedo o arrastou para caminhos tão enviesados e peregrinos que deu com ele a pensar que um dia, por certo, as mulheres ainda haveriam de ter voz e, quem sabe, talvez, até pudessem vir a votar.



II

Os salões do palácio do conde de Farrobo, na Quinta de Santo António, às Laranjeiras, eram um torvelinho de casacas, cambraias e musselinas, nesse final de outono de 1828, depois que a nau liberal tinha seguido, aos tombos, pelo Cantábrico, atrás do rumo incerto dos marinheiros bêbedos que, juntamente com os passageiros, já então minados por ódios intestinos e culpas mal resolvidas, tinham feito do *Belfast* uma nave de loucos. E quando já em Inglaterra, Cândido José Xavier, traidor duas vezes e outras tantas condenado à morte, mas sempre ileso, iniciara o comando dessa outra nave de loucos, que era o *barracão de Plymouth*, onde o refugio do exército liberal, vindo da Galiza, fora alojado, a mando do conde de Palmela, sem critério nem respeito, nas mais ultrajantes condições.

Joaquim Pedro Quintela, mecenas dedicado às artes em geral e à música em particular, coronel, recém-demitido, do *Regimento de Cavalaria do Comércio*, abria as suas portas, mais uma vez, à sociedade lisboeta. A festa-sarau, como tantas outras, tinha a animá-la, para além do diz-que-diz da nata lisbonense, a presença real da infanta D. Ana de Jesus Maria e um naipe de cantores da companhia de São Carlos, do empresário Francisco António Lodi, sogro do anfitrião, que iriam inaugurar, nessa noite, o renovado *Teatro Thalia*, anexo ao palácio.

Presença igualmente notada foi a do marquês de Loulé, Nuno José Severo, marido da infanta, o mais belo partido do Reino, na boca das cortesãs que enxameavam Queluz, a Corte de D. Carlota Joaquina, e também aos olhos ávidos das cantoras do São Carlos, divas de pedestal impoluto, por quem os janotas lisboetas da época se acotovelavam, na ânsia de um sorriso; de um convite; de dez minutos de palestra no camarim; de um almoço íntimo no *Isidro* ou, quiçá ainda mais fino, no *Marrare do Polimento*.

Dizia-se que o casamento do marquês com a infanta, corolário improvável duma paixão incendiária, não gozava da aprovação de D. Miguel. Não tanto pela diferença de estatutos, que era abissal, mas principalmente por causa da morte do pai do marquês, naquela noite fatídica de Salvaterra em que, segundo alguns, a própria vida de D. João VI estivera por um triz. A verdade é que, durante os três anos em que D. Miguel estivera exilado em Viena, na Áustria, não tinha havido festa a que a infanta não fosse que o marquês não aparecesse, dando razão ao povo e, neste caso, também à nobreza, quando afirmavam que não havia fumo sem fogo.

Ainda não publicamente reconhecido como liberal, o conde de Farrobo, pela sua condição de industrial, com ligações próximas à burguesia comercial, tanto nacional como estrangeira, era já então, em surdina, apontado como *maçon* e, por isso, defensor de ideias impróprias de um par do Reino, a merecer vigilância. Porém, nesse final de outono de 1828, os seus palácios, tanto nas Laranjeiras como na Rua do Alecrim, abriam-se, ainda, para todos. E neles, à volta das mesas dos refrescos, da neve, dos gelados e do chocolate, os peitos estrelados dos militares confundiam-se com as comendas dos civis, porque, tirando os cantores, os músicos e os serviçais, raros eram os convivas que guardavam desertas de honrarias as bandas das suas nobres casacas. E até algumas damas, aqui e ali, numa faixa cruzada ou num laço fixado ao peito, ostentavam esses certificados balofos que têm apenas o mérito de enobrecer o peito dos agraciados. Era o caso da açafata da infanta, a senhora dona Maria do Carmo Burnay, modista de ponto fino e chapeleira emérita, que, nessa noite, lhe servia de dama de companhia.

O ambiente, animado, dividia-se entre o salão nobre, onde os mais novos dançavam as músicas da moda, polcas, mazurcas, valsas e contra-danças, ao som de uma orquestra de violinos, e a sala de fumo, onde os mais velhos consumiam rapé, e um ou outro fumava charutos aromáticos importados diretamente do Novo Mundo.

— Parece que D. Miguel ainda está de cama, a convalescer do acidente das mulas.

Diogo Carlos Duff, comerciante de qualidade e membro importante da influente colónia britânica, quase segredou ao ouvido do barão de Quintela. O desastre de Algés, onde D. Miguel, com as irmãs, numa das suas loucas correrias, por pouco não perdera a vida, era de todos conhecido. Por causa dele, os constitucionais tinham começado a ser chamados de *malhados*, a desonrosa cor das bestas que o infante conduzia.

— Quem aproveita a pausa é o marquês e a esposa. Sempre têm o terreno mais livre para gozarem o grande amor que os une. Veja, meu caro, como eles dançam. D. Ana de Jesus Maria é a mais bela das infantas e o marquês é

uma agradável figura. Tomara que essa má relação com D. Miguel se componha, porque, senão, o marquês estará condenado ao mesmo destino do seu pai — proferiu, no mesmo tom cautelosamente baixo, Joaquim Pedro Quintela, entre duas fumaças.

— O secretário do conde de Basto, que faz o favor de ser meu amigo, confidenciou-me há dias que D. Miguel ficou furioso quando soube que a infanta já estava de esperanças quando os dois casaram. E a zanga até hoje é tão grande que os marqueses se preparam para fugir para o estrangeiro — interrompeu o alferes António Luís Moita de Campos, juntando-se ao grupo.

Diogo Carlos Duff e o barão olharam-se, aturdidos. A notícia era de monta. O alferes era jovem e, por certo, não medira, com cuidado, as palavras que acabara de proferir. Ambos olharam, em redor, os restantes convivas. Felizmente, a tagarelice continuava. Sossegou-os o facto de ninguém, aparentemente, ter ouvido a blasfémia do alferes. O inglês foi o primeiro a reagir:

— O senhor alferes tenha cuidado com o que diz. Olhe que a sua carreira pode ir por água abaixo. Agora, que foi nomeado ajudante do senhor general inspetor de Cavalaria, ainda deve primar mais pela discrição. Digo-lhe isto como velho amigo de seu pai. Há verdades que não se podem dizer e, muito menos, divulgar.

Gotas de suor tinham começado a perlar a testa do jovem alferes. Os seus olhos, até há pouco firmes, agora inquietos e fugidios, percorreram a saleta de uma ponta à outra. Fora longe de mais, na sua ingenuidade. E agora, que se dera conta, começara a temer as consequências. Conhecia o senhor Carlos Duff e o barão de Quintela desde criança, por isso se atrevera a tanto, no desejo infantil de se mostrar crescido, igual entre iguais, íntimo de ministros, familiar da Corte. O seu embaraço era evidente. O barão de Quintela, que reparara na transformação, acudiu em seu auxílio:

— O senhor alferes também não precisa de estar tão preocupado, nem o Leonardo nem o Veríssimo frequentam os meus salões. Além disso, somos todos cavalheiros, cada um com as suas ideias, é certo, mas aqui não há esbirros nem caceteiros. O melhor mesmo é descer ao salão e ir dançar um pouco. Aproveite os favores da sua farda azul-ferrete, que já deve ter incendiado o coração de mais de uma donzela nesta *soirée*.

O alferes fez uma vénia e saiu. O conde e o amigo ficaram a vê-lo ainda durante alguns segundos, até que ele transpôs o umbral da porta e se perdeu, a caminho de onde vinha a música.

— Que imprevidência! — disse Carlos Duff, entre duas fumaças, logo acrescentando: — Estes jovens de hoje não têm cabeça.

— Se aquela boca não se cala, ainda vai ter muitos dissabores. Tomara

que o susto que lhe pregámos o detenha. Com tantos esbirros por aí... A propósito, você sabe que o Grondona, aquele italiano que é bilheteiro do São Carlos, também já organizou um grupo de caceteiros para malhar nos *malhados*?

— Não me diga!

— É o que lhe digo, amigo Carlos. E o meu sogro está satisfeitíssimo com isso porque, com o Grondona do lado dos caceteiros, sempre é mais fácil que o deixem em paz. É que, por cada ópera que ele leva à cena, tem sempre um José Agostinho de Macedo pronto para fazer as interpretações mais malévolas.

— No tempo do Bocage, esse frade maldito contentava-se com as disputas literárias, agora, porém, a sua língua afiada já tem desgraçado muita gente — respondeu Carlos Duff, pegando no braço do barão e puxando-o um pouco mais para si. Para logo prosseguir, num tom ainda mais baixo: — Você sabe que nomearam o brigadeiro Telles Jordão para governador da Torre de S. Julião e já começaram a enchê-la de prisioneiros? Vêm aí tempos muito difíceis, meu caro conde.

— A quem o diz. Esta gente está sedenta de sangue, meu amigo. A *Revolução de 1820* está-lhes atravessada na garganta. E há, ainda, quem queira vingar-se, metendo tudo no mesmo saco: a *Revolução*, a independência do Brasil, a Constituição de 22, a Carta Constitucional de 26, mais a *Vilafrancada* e a *Abrilada*, para lhes dar um nó cego e arrumar tudo de uma só vez.

— Não falta gente nem vontade para tanto, meu caro conde. Mas diga-me, tem tido notícias de Londres? As últimas que recebi, através do navio-almirante, não são animadoras. Parece que o Saldanha se zangou, de vez, com o Palmela e, em vez de ir para a Terceira, vai para Paris com a maior parte da sua gente: os Pizarros, o José Maria de Moura, o Leonel Tavares Cabral, os Passos... Ao todo, umas 600 pessoas.

— A pior coisa que pode acontecer a uma causa é a divisão das forças. O Pedro de Sousa Holstein e o João Carlos Saldanha nasceram para se contrariarem. Nem sei quando começou esse azedume, mas o empenho deste junto da infanta D. Isabel Maria não deve ter caído bem aos *corcundas* mais desvelados, como o conde de Palmela.

— E a juntar a tudo isso, a questão do *Belfast*, e tudo o que o conde disse sobre o Saldanha não ter assumido, no Porto, o comando das forças constitucionais.

Com efeito, o general João Carlos de Saldanha e Oliveira Daun, desde a outorga da Carta Constitucional, trazida do Brasil pelo embaixador Charles Stuart, movera céus e terra para convencer a regente, D. Isabel Maria, a não acatar a regência de D. Miguel, enquanto noivo da sobrinha. Saldanha, que,

em 1826, tinha vindo do Porto para assumir o Ministério da Guerra, e cuja demissão intempestiva tinha dado azo a grandes manifestações de repúdio, tanto em Lisboa como no Porto, conhecidas pelas *archotadas*.

Mais tarde, a triste partida do Porto, com todos a acusarem-se mutuamente pela desastrosa jornada. Palmela informando D. Pedro de que Saldanha, à última hora, deixara o exército sem comando, entregue a um inábil Joaquim Pizarro. Saldanha negando porque os comandantes dos corpos tinham declarado não aceitar a fuga para a Galiza, como o Governo da Junta tinha ordenado. Ao fim e ao resto, todos culpados, procurando álbis, endossando culpas, rejeitando responsabilidades. Um teatro! Uma ópera bufa! Uma vergonha!

No salão, o baile tinha chegado ao fim e todos os convivas, mais de cem pessoas, dirigiram-se para o teatro. Construído três anos antes, o teatro, que ostentava o nome da deusa grega da comédia, Tália, *a Alegre*, e recebera, recentemente, algumas beneficiações, abria-se, agora, para a sua primeira récita. Damas e cavalheiros, com a infanta D. Ana de Jesus Maria e o marquês, à frente, em lugares de destaque, foram-se acomodando nas cadeiras de veludo da vistosa plateia.

O comerciante Carlos Duff, que ficara ligeiramente para trás com o anfitrião, antes de entrar, apontando o dedo para a fachada, perguntou:

— “*Hic Mores Hominum Castigantur.*” Meu caro conde, você que é um homem letrado, o que quer aquilo dizer?

— “Aqui serão castigados os costumes dos homens.”

— Sendo assim, não irão ter mãos a medir, meu caro conde. Os tempos que aí vêm adivinham-se cruéis e dissolutos.

EMBORA COM DISPLICÊNCIA, O COMERCIANTE CARLOS DUFF DISSERA A maior das verdades. Com efeito, o jovem marquês de Loulé, ao casar apressadamente, a 5 de dezembro de 1827, numa cerimónia quase secreta, com a infanta D. Ana de Jesus Maria, resumia bem a dissolução de uma Corte completamente à deriva. E esse casamento espúrio, realizado na intimidade do Palácio de Queluz, sob consentimento de D. Carlota Joaquina e abençoado pelo próprio confessor da rainha, sem anúncio prévio, sem banhos, sem boda, sem convidados, sem cerimónia pública e sem festejos, sintetizava o estado a que a instituição real, fustigada pelo *virtismo*, tinha chegado. A jovem infanta, ao dar a mão ao filho do malogrado estribeiro-mor de seu pai, da mesma forma privada como, antes, lhe entregara o corpo, representava apenas a expressão do conjunto de transformações sociais, entretanto, ocorridas. Mais ainda, se se atender a que, na consumação dessa paixão, D. Ana de Jesus Maria tinha abdicado de todos os direitos reais para ser apenas marquesa de Loulé.

O ano de 1828 marcou, pois, o início de um período negro de seis anos, em que o ódio se sobrepôs ao amor, a devassa à privacidade, a arbitrariedade à lei e a vingança à justiça. Seis anos de perseguições, homizios, exílios, prisões, deportações e cadafalsos. Seis anos de poder absoluto, marialva, fradesco e caceteiro, sem liberdades públicas nem direito à diferença.

Porém, no final desse primeiro ano de horror, no leito do seu quarto de Queluz, prostrado e abatido, a contas com a sua própria sobrevivência, D. Miguel ainda espumava de raiva pelo desaforo do marquês. Se a vingança do marquês se servia fria, esta demorara quase quatro anos, desde aquela noite fatídica em que, no saguão do palácio de Salvaterra, o pai do marquês vira a morte chegar de gadanha afiada, sem tempo sequer para uma última confiança à sua querida Fanny Grunier. Loucos tempos esses em que um mar de boatos, um misto de maledicência vilã e despeito muito pouco fidalgo, fez com que os recém-casados tivessem de procurar, longe da Pátria, ares bem mais salubres. Por isso, no início de janeiro de 1829, o casal, a pretexto de uma viagem por várias Cortes europeias, partiu para o exílio. Finalmente, D. Nuno José Severo assumia deste modo, sem ambiguidades, a herança liberal de seu pai.

Com a sua partida, os marqueses fechavam um ciclo romântico de grandes amores liberais. Paixões avassaladoras, quase sempre desiguais, contrariadas por uma ou outra razão, mas que a vontade dos apaixonados tudo tinham ultrapassado.

E o primeiro grande amor fora o do próprio conde de Farrobo com Mariana Carlota Lodi, levado a cabo contra a vontade de sua irmã e do conde de Cunha, seu cunhado. Apesar da oposição da regência e da ameaça de expulsão do Reino em vinte e quatro horas, caso persistisse em manter encontros com a família Lodi, mesmo assim o jovem barão de Quintela, ludibriando os espíões que o vigiavam, sem esmorecimento, conseguiu concretizar os seus intentos, casando com a sua amada em maio de 1819. Contava o noivo apenas 18 anos, menos três do que a noiva.

O segundo grande amor tinha sido o do escritor João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett com Luísa Midosi. Garrett era já, então, um escritor conhecido a quem se antevia um largo futuro. Liberal, tinha aderido, ainda em Coimbra, à *Revolução de 1820* onde tinha publicado uma obra, chamada *O Retrato de Vénus*, pela qual tinha sido acusado de ser materialista, ateu e imoral. A jovem, de origem italiana, tinha apenas 13 anos, quando Luís Midosi, amigo e colaborador de Garrett no primeiro semanário feminino português, *O Toucador*, lhe indicou a prima, sentada num camarote do Teatro do Bairro Alto, onde Garrett apresentava a sua peça *Catão*. No peito do escritor, que reservara para si o papel de Júnio Bruto, nasceu, nessa hora, uma paixão avassaladora por aquela mulher, ainda

criança. Superando todas as contrariedades, onze meses depois, em 1822, tinha a noiva 14 anos e o noivo 23, casaram os apaixonados perante uma sociedade escandalizada.

O terceiro grande amor, precisamente o dos marqueses de Loulé, que tinha no seu âmago a força da mesma paixão sem limites, a que cresciam perigos incontáveis. O marquês não tinha sangue real; seu pai fora apenas estribeiro-mor de D. João VI, um áulico intermédio na ordem das nomeações da casa real. O marquês, que era considerado o homem mais belo do seu tempo, tinha ferido com esse casamento real muitos corações de pai. Muitas filhas e muitas mães despeitadas carpiam anseios desenganados, sonhos desfeitos, corações partidos. Por fim, D. Miguel, que não gostava daquela irmã rebelde, que não lhe obedecia, e a quem algumas vezes chegara a bater, não lhes permitia descanso nem descuido.

O exílio levá-los-ia até Londres, para junto do conde de Palmela. Mas, ao contrário dos abandonados no *barracão de Plymouth*, os marqueses foram beneficiar, na velha Albion, de uma estada muito mais confortável e desafogada. No conforto de Londres, 300 libras mensais, que Palmela lhes pagava, faziam, naquele tempo, toda a diferença.

PLYMOUTH ERA UMA CIDADE COM CERCA DE 60 000 HABITANTES, SITUADA na foz do rio Ply. A sua designação de “Foz do Rio Ply” era, pois, adequada e razoavelmente compreendida por todos os exilados. Foi aí, nuns barracões de madeiras existentes ao longo do porto, junto ao segundo arsenal da marinha mais importante do Reino Unido, que os portugueses vindos da Galiza foram alojados. Enquanto esses homens, embrião do futuro exército liberal, continuavam, nominalmente, a ser comandados pelo brigadeiro Joaquim Pizarro, que os tinha trazido de Portugal, a direção do *barracão* foi entregue ao antigo sargento-mor do exército de Junot, o reconvertido tenente-coronel *artista* Cândido José Xavier, homem de mão do desembargador José da Silva Carvalho, um revolucionário de 1820, antigo ministro de D. João VI, que, em Londres, vivia na órbita do conde de Palmela.

Sem camas nem cobertores, obrigados a dormir sobre uma camada de palha, substituída de quinze em quinze dias, permanentemente pisada e ensopada e onde os parasitas proliferavam aos milhares, militares, voluntários, milícias e membros do *Batalhão Académico* conviviam na maior promiscuidade, apenas alimentados pela grande esperança de que o dia do retorno a Portugal não estaria distante.

Para todos eles, a partida para a Madeira do major Bernardo de Sá Nogueira, a fim de prestar apoio e auxílio ao único governador liberal em funções no espaço português, o general Valdez, representou uma perda irreparável. Não havia ninguém, entre os exilados da Galiza, que não

soubesse o quanto o major tinha trabalhado, em benefício de todos, durante os meses em que, desde o Porto até à chegada a Plymouth, os tinha acompanhado.

Com o estado-maior liberal em Londres, entregue às delícias de um exílio confortável, pontualmente pago pela indemnização do Brasil, que D. Pedro mandara entregar a Palmela, e que este geria sem prestar contas a ninguém; com o major Bernardo de Sá Nogueira, cujo desembarque na Madeira tinha sido inviabilizado pela tomada da ilha pelo coronel miguelista Azevedo e Lemos, ausente no Brasil, junto da Corte Imperial de D. Pedro I; e com o grosso da emigração em Plymouth, com um pré discricionário e insuficiente, que mal dava para comer, os dias do *barracão* não eram de molde a grandes contentamentos.

Conhecedor da insatisfação generalizada que grassava no depósito, o conde de Palmela enviou, a Plymouth, Rodrigo da Fonseca Magalhães e José da Silva Carvalho. Estes foram encontrar um mundo de queixas, de petições, de azedas recriminações, de baixa intriga, de desigualdades gritantes, de que os voluntários académicos eram os mais prejudicados. Contudo, em sucessivas missivas enviadas ao conde de Palmela, Silva Carvalho deu-lhe apenas conta da incapacidade do brigadeiro Joaquim Pizarro para conter os militares exilados e da necessidade de substituir Cândido José Xavier, que concentrava em si a animosidade geral.

Desde 18 de agosto em Portsmouth, o alferes Carlos Boavida, mal saiu do hospital militar, logo procurou alcançar Plymouth, onde sabia estar o grosso dos refugiados, mormente os antigos camaradas do *Batalhão Académico*. Sem grandes meios e com uma roupa precária que mão caridosa tinha subtraído do espólio de um morto anónimo, obrigou-se a fazer a viagem, até ao seu novo destino, por via terrestre. Temia que o seu débil e maltratado estômago não viesse a resistir a novas aventuras marítimas nos tempos mais próximos. A troca de trabalho, conseguiu lugar numa carroça que transportava um carregamento de lã para uma fábrica local, e a partilha do caldo que o boleiro, com poucos recursos, durante a viagem, ia conseguindo arranjar.

A chegada ao depósito dos emigrantes foi uma desilusão. Embora a maior parte dos refugiados da Galiza ainda não tivesse chegado, o *barracão* mostrava já sinais, mais do que evidentes, da imundície que não tardaria a ser.

Fluente em inglês, para além do francês e do latim, agradecia a Deus e ao bom padre João Pedro de Vasconcelos, tio do padrinho, sob cuja tutela aprendera as primeiras letras, esse instrumento precioso que agora lhe era de grande utilidade. Graças a Deus que o carreteiro da lã tinha gostado dele. No final da descarga apresentou-o a *master* Charles Updike, um dos

principais industriais de *Stonehouse*, que logo o crismara de *mister Charles Goodlife* e, a pedido daquele, o contratara como *carder*, um pau para toda a obra, disponível para todas as tarefas, incluindo a de guarda, com direito a guarida e cama no sobrado.

Antes do final de setembro, o comboio de transporte dos exilados na Galiza ficou concluído. Cerca de 3350 militares, dos quais perto de um milhar de oficiais, e 1000 civis, números que viriam a engrossar, durante os meses seguintes, com a chegada de muitos que de Lisboa, do Porto, da Madeira e de outras partes do território nacional, pelos seus próprios meios, fugiam das garras do usurpador.

Em meados de setembro, no dia do pagamento do soldo, o alferes Carlos Boavida encontrou, por acaso, nas imediações do *barracão*, o alferes Narciso de Sá Nogueira, irmão do major Bernardo de Sá Nogueira e do seu grande amigo António Cabral, cujos paradeiros tinha perdido.

— Bons olhos o vejam, nosso alferes. Afinal, também se encontra em Plymouth!?! Como é que só agora nos encontramos!?! — perguntou, com evidente entusiasmo, estendendo a mão, que o amigo apertou com acentuado vigor.

— Estou em Londres com o meu irmão António. Conseguimos fugir deste desterro, que me parece bem pior do que aquele que tivemos na Galiza — informou o alferes, enquanto lançava um olhar dorido ao *barracão* e ao cais.

— Mil vezes pior, meu amigo — reforçou Carlos Boavida, abanando a cabeça, concordante —, porque este é organizado pela nossa gente, por quem nos devia defender e tanto nos maltrata. Por causa disso já anda por aí a formar-se um partido, entre os voluntários do *Batalhão Académico*, cuja primeira reivindicação é fazer substituir, imediatamente, o Cândido José Xavier e o Paulo Midosi. Ouvi dizer que o desembargador José da Silva Carvalho, em pessoa, vai ser enviado pelo conde de Palmela para pôr o depósito na ordem.

— Meu caro, é precisamente por isso que eu cá estou. Vim ontem mesmo com o desembargador e temos muitas esperanças de dar algum conserto às coisas. Mas diga-me, como tem passado?

— Cá me tenho safado — respondeu Carlos Boavida, com um ligeiro encolher de ombros, para logo prosseguir: — Arranjei um *part-time* numa fábrica de lanifícios, que me permite arredondar a soldada, que não é famosa, e dormir numa cama de lã virgem todas as noites.

— Então, você também é um privilegiado. Ao que sei, o pessoal do *barracão* dorme apenas sobre palha e come o pão que o diabo amassou.

— Fora a bicharada, meu caro. Aquilo é uma esterqueira. Outro dia o Estêvão Clington fez-se de doido, despiu-se, rapou-se dos pés à cabeça,

queimou a roupa e passou a andar nu no depósito, apenas enrolado numa manta. Levaram-no, numa camisa de forças, para o hospital dos doidos. Agora diz que está lá muito melhor. Já lhe quiseram dar alta, mas ele não aceita. Muitos têm apanhado doenças, de propósito, só para ir para o hospital.

— Sabemos isso tudo, meu caro. Não faz ideia a montanha de reclamações que temos em Londres. E agora, até começam a aparecer panfletos anônimos e folhas impressas...

— São desse partido do contra, do Simão Soriano, do José Estêvão, do Pinheiro Chagas, dos irmãos Passos... No outro dia, o Simão Soriano até me disse: “Se o major Bernardo de Sá Nogueira cá estivesse, também era dos nossos e, no mínimo, este maldito depósito já tinha sido incendiado.” Só lhe digo que o *barracão*, como está, é um barril de pólvora, nosso alferes.

— Mas diga-me uma coisa, você assistiu ou participou nas récitas que os voluntários acadêmicos levaram à cena, em honra da infanta D. Maria da Glória?

— Não, não assisti, mas soube que foram muito animadas.

— Pois, o Paulo Midosi convenceu o Almeida Garrett a montar aqui o *Catão*. Uma peça que este já tinha estreado, em Portugal, há algum tempo. Você conhece o Almeida Garrett, não conhece?

O alferes Carlos Boavida fez um breve sinal de assentimento com a cabeça e logo prosseguiu:

— Em Coimbra todos conhecíamos o Almeida Garrett, desde aquela questão d’*O Retrato de Vénus*, em que ele quase acabou na prisão. Conhecer de nome e de fama, claro, que nunca tive ensejo de o conhecer pessoalmente — apressou-se a esclarecer o alferes, para longo perguntar: — E o Almeida Garrett também cá está?

— Conseguiu embarcar em Ferrol. Tem vivido em Londres com a mulher, que é prima do Midosi. Você deve recordar-se do escândalo...

— Ouvi falar, sim senhor, ouvi falar. Afinal, quem é que não conhece a história da paixão do Almeida Garrett por essa garota de 14 anos!? E, agora, o Midosi quer dar uma mão ao marido da prima, é isso? — perguntou Carlos Boavida, desconfiado.

— Não, não é isso. Acontece que os ingleses não querem os exilados em Plymouth. O Governo *tory* quer fechar o depósito e enviar-nos a todos para o Brasil. O duque de Wellington e o Lord Alberdeen estão cada vez mais empenhados nisso. O conde de Palmela tem feito tudo o que é possível para travar essa intenção. A chegada da infanta D. Maria da Glória, que tem sido muito bem recebida por todos, deu-nos ensejo para montarmos essa peça, cujo enredo parece ter sido feito de propósito para agradar aos ingleses. O conde já convidou alguns dos políticos *whigs* mais influentes,

Lord Palmerston, Sir James Mackintosh e outros, para assistirem à representação, que vai ter lugar no *Theatre Royal*. E o Paulo Midosi, localmente, já fez o mesmo.

— E sobre a nossa situação, o que se prepara? — perguntou Carlos Boavida, parecendo satisfeito com as explicações recebidas.

— Eu vou seguir para os Açores, já para a semana, com o general Diocleciano Leão Cabreira, que vai como governador militar.

— E vão muitos convosco? — perguntou Carlos Boavida, denotando alguma ansiedade.

— Vamos muito poucos para não darmos nas vistas. Meia dúzia, o brigadeiro Leão Cabreira e o irmão Drago, o coronel Silva Torres e mais dois ou três. Porém, o conde de Palmela anda a trabalhar na maneira de enviar uma grande força para os Açores, que se mantém firme na defesa da causa liberal, até agora apenas à custa do *Batalhão de Caçadores 5*, do capitão José Quintino Dias. O conde julga que isso daria um bom sinal aos ingleses, desde que estes pensem que os exilados vão para o Brasil. Entretanto, segundo corre à boca pequena nos corredores da legação, para pôr um ponto final na questão da retirada do *Belfast*, o conde vai tentar convencer o general Saldanha a ser o comandante dessa expedição.

— Não estará, antes, o conde de Palmela a empurrar o general para longe de Londres? Olhe que há mais *saldanhistas* na emigração do que aquilo que se pensa. Cá para mim, desculpe a franqueza, não há poleiro para esses dois juntos. Mas diga-me, e o seu irmão, o major Bernardo de Sá Nogueira? Tem tido notícias dele? Soube que partiu para a Madeira, onde não pôde desembarcar, e nada mais.

— Ainda há dias recebi uma carta do Rio de Janeiro, onde diz que está bem, malgrado os muitos mosquitos que o atormentam a toda a hora. E também muito empenhado, com o conde de Sabugal, em informar o imperador, que já o recebeu três vezes, sobre a real situação portuguesa e o desejo de todos nós de que sua alteza se empenhe mais fortemente na defesa dos direitos da filha.

— Que pena, ele não estar cá... Mas, enfim, se o major conseguir convencer D. Pedro a vir pegar no leme da barca liberal, essa sua viagem forçada, até ao Brasil, já terá sido um êxito.